

Edital – Pregão Eletrônico nº 017/2026
Processo Administrativo nº 030/2026

O município de Terra Santa, por meio do(a) **FMS - Fundo Municipal de Saúde de Terra Santa**, através do Agente de Contratação/Pregoeiro Municipal, designado pela Portaria nº 433/2025-PMTS de 01 de julho de 2025, torna público a todos os interessados, que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇO** na modalidade de **PREGÃO**, em sua na forma **ELETRÔNICA**, do Tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tudo de conformidade com as regras estipuladas nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, Decreto Federal 11.462/2023, de 31 de março de 2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico PORTAL DO LICITANET ([site https://www.licitanet.com.br/](https://www.licitanet.com.br/)).

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **através do site <https://www.licitanet.com.br/>**. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

DATA: 17/04/2026

HORÁRIO: 09:00 hrs (horário de Brasília - DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>

MODO DISPUTA: Aberto e Fechado

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote.

OBSERVAÇÃO:

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

O presente processo licitatório ocorrerá com **inversão de fases**, forma prevista na Lei 14.133/2021 (§1º, art. 17) que permite analisar a habilitação antes do julgamento das propostas.

PARA MELHOR FORMULAÇÃO DE SUA PROPOSTA, CONSIDERANDO ENCARGOS E PRAZOS PARA ENTREGA VEJA A LOCALIZAÇÃO DESTE MUNICÍPIO.

LOCALIZAÇÃO

O município de Terra Santa pertence à mesorregião Baixo Amazonas e à microrregião Óbidos. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 02° 06" 00" S e 56° 29" 00" W.Gr.

LIMITES

Municípios de Oriximiná; Juruti, Faro, Nhamundá e Parintins

ACESSO

Terra Santa, assim como grande parte dos municípios da região do Baixo Amazonas, tem seu acesso predominantemente fluvial, devido à extensa rede hidrográfica local. Vias terrestres são limitadas e geralmente conectam-se a rotas secundárias.

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de medicamentos destinados à rede municipal de saúde de Terra Santa (Farmácia Básica Municipal, Hospital Municipal e as Unidades Básicas de Saúde -UBS), visando garantir o fornecimento contínuo e gratuito de medicamentos essenciais à população, em conformidade com a Lei nº 8.080/1990 e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)** com intuito de suprir as demandas desta Administração Pública, em consonância de quantidades e especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência) do Instrumento Convocatório.

1.1.2. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.2. AS EMPRESAS LICITANTES DEVERÃO PERMANECER LOGADAS ATÉ O FINAL DA PRESENTE LICITAÇÃO, COMO TAMBÉM FICAR ATENTAS ÀS INFORMAÇÕES ENVIADAS ATRAVÉS DO CHAT.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Fundo Municipal de Terra Santa, exercício de 2026, na classificação abaixo.

2.2.2. Na licitação para sistema de registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme dispor o Art. 17 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.

3. DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES.

3.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

3.1.1. Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidos ao Pregoeiro, preferencialmente pelo sistema no endereço www.licitanet.com.br.

3.1.2. Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone).

3.1.3. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.1.4. No campo “mensagens” serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o *site* com frequência.

3.2. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de **impugnação** ao **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

3.2.1. A impugnação ou pedido de providências será dirigido ao Pregoeiro, preferencialmente pelo sistema no endereço www.licitanet.com.br.

3.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **02 dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

3.2.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.2.4. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.2.5. A decisão do Pregoeiro será divulgada na aba licitação e no sistema www.licitanet.com.br para conhecimento de todos os interessados.

4. LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMINADO O EDITAL E SER ADQUIRIDO

4.1. O edital encontra-se disponível na internet, nos sites www.terrasanta.pa.gov.br e www.licitanet.com.br/ para acesso e download por qualquer interessado, independentemente de qualquer pagamento.

4.2. Não será fornecido edital por fac-símile e pelos correios.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. Poderão participar desta licitação empresas individualmente cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado, e em condições de atender todas as exigências deste pregão, constantes deste Edital, termo de referência e seus Anexos, e que estejam devidamente credenciadas, através do site www.licitanet.com.br.

5.2.1. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ao Portal: Licitanet no site www.licitanet.com.br, até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

5.2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.3. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

PARA CONHECIMENTO: Benefícios exclusivos para as ME, EPP e equiparadas conforme Lei 14.133/21.

*A obtenção benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. **O Licitante deverá apresentar declaração de observância desse limite na licitação junto aos documentos de habilitação.***

5.3.1. O documento comprobatório do enquadramento do licitante como ME ou EPP **deve ser apresentado junto dos documentos de habilitação**, mediante a apresentação de:

a) ***Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;***

b) ***Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.***

c) ***O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional deverá apresentar Declaração de Opção pelo “Simples Nacional”.***

5.3.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 à 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica

5.3.2.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.3.2.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.3.2.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.3.2.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.3.2.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.3.2.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.3.2.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.3.2.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.3.2.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.3.2.10 constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.3.2.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

OBS: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

5.4. **Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:**

5.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, **quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;**

5.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.4.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

5.4.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.10. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação

5.4.11. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5.5. O impedimento de que trata o item 5.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.4.2 e 5.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.8. O disposto nos itens 5.4.2 e 5.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.10. A vedação de que trata o item 5.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

6.1. O credenciamento das empresas interessadas a participar deste Pregão ocorrerá no sítio <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e **senha pessoal**, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

6.2.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.2.2. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Licitanet e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração

pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.

7. PROPOSTA COMERCIAL (ELETRÔNICA E DIGITADA)

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, devendo conter:

7.1.1. Valor unitário e total do item/lote;

7.1.2. Marca; (SE FOR O CASO)

7.1.3. Fabricante; (SE FOR O CASO)

7.1.4. Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”).

7.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações igual ou produto superior à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

7.2. No encaminhamento da proposta inicial, o licitante declarará, por meio das declarações na forma dos anexos deste edital, que:

7.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

7.5.2. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

7.5.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Município.

7.5.4. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

7.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7. A proposta inicial (anexo IV) DEVERÁ ser anexada junto com os documentos de habilitação e nelas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Preço unitário e total, para o item/lote em moeda corrente nacional, em algarismo com, no máximo, 02 (duas) casas decimais;

b) Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos produtos ofertados, contendo as informações igual ou produto superior à especificação do Termo de Referência;

c) Prazo de validade da proposta de no mínimo **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.

d) Formular a proposta em papel timbrado, informar a razão social, o número do CNPJ, endereço completo, o número da conta corrente, código da agência e do banco no qual deverão ser efetuados os pagamentos.

e) Informar, obrigatoriamente, na proposta OS NÚMEROS DE TELEFONE E ENDEREÇO DE E-MAIL PARA CONTATOS ATUALIZADOS E VÁLIDOS, A FIM DE POSSIBILITAR AS SOLICITAÇÕES.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, PROCEDIMENTOS E MODO DE DISPUTA

8.1. Os documentos relativos à **habilitação** (item 10 deste edital) serão exigidos em momento **anterior ao julgamento das propostas**, uma vez que está a licitação ocorrerá com **inversão de fases**.

8.2. O critério de julgamento será o de **menor preço**, representado pelo **menor preço por lote**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

8.3. Será desclassificada a proposta comercial que:

8.3.1. Não se refira à integralidade do objeto;

8.3.2. Não atenda às exigências estabelecidas neste edital ou em diligência;

8.3.3. Apresentar proposta final com preço superior ao preço máximo estipulado no edital;

8.3.4. Que identifique o licitante.

8.3.5. Tenha suas amostras ou folders (**quando for o caso**) considerados em desacordo com as especificações deste Edital e da legislação aplicável, ou que não sejam entregues no prazo determinado, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro.

8.3.5.1. Para apresentar a amostra (**se solicitado**) deverá seguir o que consta no termo de referência deste edital.

8.3.6. Apresente preço simbólico, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou, ainda, manifestamente inexecutáveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 49, III da Lei nº 14.133/21.

8.3.6.1. Será considerada irrisória a proposta que não apresente valor mínimo necessário para cobrir os custos com salários, encargos sociais e trabalhistas, insumos e tributos incidentes;

8.3.6.2. Se o Pregoeiro entender que o preço é inexecutável, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração, e contratações em andamento com preços semelhantes, além de outros documentos julgados pertinentes pelo Pregoeiro;

8.3.6.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.6.4. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item 8.2.6.3, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.3.6.5. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais;

8.3.7. Não indique expressamente a marca, conforme especificações do Termo de Referência.

8.4. Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

8.5. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados nos itens componentes da planilha de preços serão corrigidos pelo Pregoeiro;

8.6. Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do lote/item, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com o Pregoeiro, após diligência e mediante expressa anuência do licitante.

8.6.1. Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

8.6.2. Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.

8.7. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas e da documentação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

8.8. As propostas e documentação apresentadas poderão ser submetidas à apreciação da área solicitante para verificação do atendimento ao objeto licitado, mediante parecer fundamentado.

8.9. Do modo de disputa:

8.9.1. Neste Processo Licitatório será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, onde as proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado;

8.9.1.1. No modo de disputa **ABERTO E FECHADO** a etapa de envio de lances da Sessão Pública terá duração de quinze minutos, ao fim dos quais o sistema eletrônico encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de **até dez minutos, aleatoriamente determinado**, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

8.9.1.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um **lance final e fechado em até cinco minutos**, que **será sigiloso** até o encerramento deste prazo;

8.9.1.2.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições supra descritas, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

8.9.1.3. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade;

8.9.1.4. **Na ausência de lance final e fechado haverá o reinício da etapa fechada para que as demais proponentes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;**

8.9.1.5. **Na hipótese de não haver proponente classificada na etapa de lance fechado** que atenda às exigências para habilitação, **o Pregoeiro poderá, auxiliado pela Equipe de Apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada;**

8.9.2. Caso as proponentes não apresentem lances, concorrerão com o valor de suas propostas e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá sempre o último lance ofertado.

9. DA PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á pelo acesso ao site www.licitanet.com.br e subsequente registro da Proposta Comercial por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limite estabelecidos no caput deste Edital;

9.1.1. O acesso ao sistema e encaminhamento da proposta devem ser feitos pelos licitantes na página inicial do site <https://www.licitanet.com.br/>, opção **“Acesso ao Usuário”**.

9.2. Na data e hora estabelecidas neste edital, a sessão pública do Pregão Eletrônico será iniciada, com a abertura e divulgação das Propostas Comerciais, sendo avaliada a aceitabilidade das mesmas pelo(a) Pregoeiro(a), **mantido o sigilo estabelecido pelo sistema (quando for o caso);**

9.3. Realizado o acesso à sessão do pregão, no dia e hora definidos para a realização da sessão, o sistema apresentará a relação das licitações para as quais o fornecedor teve propostas classificadas;

9.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital, vedada a identificação do titular do lance;

9.4.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico;

9.4.2. Alegações posteriores não serão aceitas, caso o licitante não efetue lances.

9.5. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

9.5.1. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 0,01 (um centavo)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.6. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro válido para o item ou lote;

9.7. Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese de o licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final;

9.8. Se os licitantes não ofertarem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação;

9.9. Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente ao provedor: www.licitanet.com.br;

9.10. Havendo desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. O Pregoeiro, quando possível, continuará a gerenciar a sessão, sem prejuízo dos atos realizados;

9.11. Se a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será automaticamente suspensa, sendo reiniciada apenas após comunicação expressa aos participantes, informando data e horário para continuação da disputa;

9.12. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06. (Somente para quando a licitação for para ampla concorrência);

9.13. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.13.1. A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada, para no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência;

9.13.2. Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão;

9.13.3. Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 9.12, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência;

9.13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance;

9.13.5. Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances;

9.13.6. Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço;

9.13.7. Caso persista o empate entre licitantes que não atenda as hipóteses acima, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar, via “chat”, diretamente com o licitante que tiver apresentado o lance de menor preço, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação;

9.15. Os licitantes, a qualquer momento, após finalizada a disputa do item ou lote, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro via Sistema, por meio do “chat”, se estiver liberado. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata de Sessão do Pregão”;

9.16. Quando necessário, o Pregoeiro poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos;

9.17.2. Os documentos originais poderão ser solicitados, por determinação do Pregoeiro, quando julgar necessário, para apresentação em 2 (dois) dias úteis, com vistas à confirmação da autenticidade;

9.17.3. Os prazos acima poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo Pregoeiro, desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.

9.18. Após a disputa de preços e habilitação dos fornecedores, o pregoeiro dará oportunidade para manifestação de intenção de interpor recurso estabelecendo prazo de no mínimo 10 (dez) minutos para envio, via sistema da manifestação em recorrer (A apresentação do recurso deverá ocorrer conforme item 12 deste edital);

9.18.1. O licitante, cuja proposta comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances, interessado em recorrer, também deverá manifestar a sua intenção de interpor recurso.

9.18.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.19. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos relativos à habilitação serão exigidos em momento **anterior ao julgamento das propostas**, caracterizado pela **inversão de fases**, Art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema Licitanet.

10.1.1 Caso a empresa não faça a inserção dos documentos em campo próprio do sistema implicará na impossibilidade de participação ou desclassificação da empresa.

10.2. O Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2.1. Cadastro no SICAF – Situação do Fornecedor (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/geral/consultarSituacaoFornecedor.jsf>);

10.2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

10.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>;

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome das empresas licitantes interessadas em participar e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

10.3.1. Consultas de adimplência nos Tribunais Estadual e Municipal do licitante.

10.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

10.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

10.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

10.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

10.7. Caso atendidas as condições de habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema Licitanet, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira, habilitação técnica e outros (se houver) para então o cadastramento das propostas;

10.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

10.10. Habilitação Jurídica:

10.10.1. Cópia (LEGÍVEL) da Cédula de Identidade (RG) de TODOS os sócios da empresa Licitante:

10.10.1.1 São considerados documento oficial de identidade as carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança, pelos Corpos de Bombeiros, pelas Polícias Militares, pelos órgãos Fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, e Conselhos) Carteira de Identidade (RG), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe (OAB/ CRM/ CRP), Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Passaporte, Carteiras expedidas por órgão público que por Lei Federal valem como identidade;

10.10.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.10.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.10.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

10.10.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

10.10.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

10.10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados da certidão de inteiro teor e de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.11. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

10.11.1 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (CNPJ); podendo ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br;

10.11.2 Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

10.11.3 Certidão Negativa de Débito Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, (administrada pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional); podendo ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br;

10.11.4 Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários e Não Tributários Estaduais Geridos pela Procuradoria – Geral do Estado (PGE) e pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), podendo ser retirada no site www.sefa.pa.gov.br (**Para Empresa com Domicílio no Estado do Pará**); ou expedida pela pelo Site da SEFAZ ou Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário (**Para Empresa com Domicílio em Outro Estado**);

10.11.5 Certidão de Regularidade com Tributos Municipais da Sede do licitante;

10.11.6 Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); podendo ser retirada no site www.caixa.gov.br;

10.11.7 Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), para comprovar inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho; podendo ser retirada no site www.tst.jus.br/certidao;

10.11.8 Certidão Negativa de Controle de Processos de Multas e Recursos (eCPMR); disponível gratuitamente no portal do governo federal, na seção de inspeção do trabalho (e-Processo) www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-debitos-e-consulta-de-autos-de-infracao;

10.11.9 Certidão de autos físicos 1º e 2º grau da jurisdição do Estado sede da licitante, bem como:

10.11.9.1. Apresentação da certidão de ações trabalhistas de jurisdição do Estado da sede da licitante;

10.11.9.2. Certidão de cumprimento do previsto no art. 429, caput, da CLT, com data não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura do certame, se outro prazo não constar no documento.

10.11.10 A prova de regularidade fiscal e trabalhista das empresas licitantes deverá ser feita por Certidão Negativa OU Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

10.11.11 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.11.12 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.12 Qualificação Econômico-Financeira

10.12.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

10.12.2 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), acompanhado da certidão de distribuição de ações cíveis no âmbito Federal, em nome da pessoa física e jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura do certame, se outro prazo não constar no documento, em conjunto com Certidão Negativa (Nada Consta) de Distribuição (Ações de Falência e Recuperações Judiciais) originária do site www.tjdft.jus.br, em nome da pessoa física e jurídica e declaração de atribuição de execução originária do site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

10.12.3. Certidão indicativa dos cartórios de protestos e letras, existentes na sede da licitante, em data não superior a 30 (trinta) dias da abertura do certame, se outro prazo não constar no(s) documento(s) falta de certidão indicativa dos cartórios de protestos e letras ensejará na desclassificação do licitante.

10.12.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados por cópia do seu termo de abertura, documento comprobatório de registro na Junta Comercial e termo de encerramento, acompanhados do livro diário, notas

explicativas em conformidade com o NBC TG nº 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009, e o art. 176 da Lei 6.404/1976, assim como no §4º do Art. 176 da Lei nº 6.404/76, bem como a Certidão de Habilitação Profissional, CERTIFICANDO que o profissional identificado no presente documento encontra-se HABILITADO, e também a Certidão Negativa de Débitos (CND), provando a situação financeira relativa a débitos de qualquer natureza, junto ao referido Conselho, de acordo com a Resolução nº 1.637/2021 – CFC.

10.12.5. Certidão Específica de arquivamento expedida pela Junta Comercial do Estado sede ou domicílio da licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, atualizada com os últimos registro e arquivamentos, onde se possam extrair informações sobre atos arquivados. Apresentar ainda a Certidão específica de existência de empresa e participação societária, em nome das pessoas físicas e jurídicas sócias da licitante, emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, devidamente atualizada.

10.12.6. Certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da empresa licitante, atualizada, ou seja, com data de expedição não superior há 30 (trinta) dias.

10.12.7. Certidão negativa de débitos e penalidades emitida pelo Tribunal de Contas com Jurisdição do Estado Sede da Licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura do certame, se outro prazo não constar no documento.

10.12.8. Certidão negativa de registro de contas julgadas irregulares e/ou reprovadas, emitida pelo Tribunal de Contas dos Municípios com Jurisdição do Município Sede da Licitante, em data não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura do certame, se outro prazo não constar no documento;

10.12.9. Para empresas regidas pela Lei 6.404/76 (sociedade anônima):

10.12.9.1. Publicados em Diário Oficial; ou

10.12.9.2. Publicados em jornal de grande circulação; ou

10.12.9.3. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

10.12.10. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples:

10.12.10.1. Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o “Termo de Autenticação” da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou

10.12.10.2. Cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante.

10.12.11. Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

10.12.11.1. Apresentar o Balanço Patrimonial na forma da lei.

10.12.12. Caso o licitante seja cooperativo, deverá comprovar o envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971. Tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.13. Qualificação Técnica

10.13.1. É necessária a apresentação de documentos que comprovem a habilitação técnica do licitante para executar o objeto contratual, no intuito de garantir contratações de empresas aptas e com capacidade técnico-operacional suficientes para atender de forma satisfatória o objeto desta licitação.

10.13.2. O licitante deverá apresentar declaração de que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.13.3. Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento e/ou prestação de serviço anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos, com caracterização do bom desempenho da licitante. O(s) Atestado(s) deverá(ão):

a) Conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com os declarantes;

b) Referir-se ao objeto licitado no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, registrado na Junta Comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil –RFB; Se emitido (s) por pessoa jurídica de direito público deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula);

c) Ser emitido por empresa que não integre o mesmo grupo empresarial da empresa proponente;

d) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente.

10.13.4. Caso o Pregoeiro (a) entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual do contratante e local em que foram executados os produtos/serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

10.13.5. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias indicadas neste Termo de Referência, desde que sejam suficientes à comprovação de capacidade de execução do objeto contratual de que trata este Termo de Referência.

10.13.6. Autorização de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros.

10.13.7. Autorizações de funcionamento (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e cópia da sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), conforme o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei 6.360/76. AFE deve contemplar as atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, transporte, importação ou exportação. Caso a empresa não possua autorização específica para a atividade de transporte, deverá apresentar contrato vigente com empresa devidamente autorizada pela ANVISA para realizar essa atividade. Em se tratando de Fabricante de medicamentos comprovar que segue as Boas Práticas de Fabricação estabelecidas pelas RDC nº 658/2022 e IN nº 129/2022.

10.13.8. Alvará de licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária de titularidade da empresa licitante expedido pelo órgão competente da esfera Estadual ou municipal da sede do licitante compatível com objeto licitado de acordo com a legislação em vigor e apresentar publicação no diário oficial correspondente (Acórdão 7982/2017- TCU/Segunda Câmara).

10.13.9. Licença ambiental de operação de acordo com a Lei nº 6938/81 e Resoluções nº 117, de 25 de novembro de 2014, e nº 162 de 02 de fevereiro de 2021, do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente vigente na data de abertura da sessão, publicação no diário oficial correspondente e certidão negativa de débitos.

10.13.10. - Apresentar Contrato com empresa prestadora de serviço do ramo de tratamento de resíduos químicos, onde a empresa se encarrega de incinerar os medicamentos vencidos, conforme a RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 306 de 7 de dezembro de 2004 – ANVISA, acompanhado do contrato social e última alteração consolidada da prestadora de serviços comprovando sua inscrição na junta comercial, junto do contrato de prestações de serviços entre a empresa incineradora e o licitante dentro do prazo de validade e com suas assinaturas devidamente reconhecidas em cartório. O licitante deverá apresentar ainda: Alvará de funcionamento e licença sanitária da prestadora de serviço comprovando sua regularidade perante os órgãos de fiscalização.

10.13.10. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Farmácia, da região sede da licitante, emitido no ano vigente, pelo respectivo Órgão, que comprove a condição Regular do estabelecimento.

10.13.11 Registro ou inscrição do Farmacêutico Responsável no Conselho Regional de Farmácia (CRF). Apresentar contrato de trabalho firmado com o profissional farmacêutico – Responsável Técnico da empresa licitante, conforme previsto no Art. 11 da Medida Provisória 2.190-34/01, com art. 15 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como a Certidão de quitação profissional do responsável técnico.

10.14. Outros Documentos de Habilitação

10.14.1. Certificado de Registro Cadastral – CRC gerado no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

10.14.2. Alvará de Funcionamento da sede do licitante com a devida autorização para exercer atividades pertinentes ao objeto licitado;

10.14.3. Declaração de Idoneidade expedida pelo Setor de Compras Municipal/CPL, mediante solicitação da licitante via comunicação através do e-mail: sefaz@terrasanta.pa.gov.br, pelo qual a licitante enviará todos os dados cadastrais da empresa para pesquisa nos arquivos de registro do Setor se há ou houve qualquer pendência de fornecimentos, inexecuções, inadimplências com entrega referente ao cumprimento de todas as obrigações contratuais, não tendo causado prejuízo de qualquer natureza ao município por execuções inadequadas ou inexecuções contratuais no âmbito da Prefeitura de Terra Santa e suas Secretarias Municipais componentes, com data de solicitação até 03 (três) dias úteis antes da abertura da licitação.

10.14.4. ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA (INICIAL E FINAL);

10.14.5. ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

10.14.6. ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018;

10.14.7. ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE ATENDE O ART. 63, INCISOS I E IV;

10.14.8. ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88;

10.14.9. ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

10.15. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientado que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

c) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

10.16. Os documentos de HABILITAÇÃO apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 30 (trinta) dias contados a partir da data de sua emissão.

10.16.1. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

10.17. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

10.18. Ao pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

10.19. A prova de autenticidade de cópia de documento ou o reconhecimento de firma somente serão exigidos quando houver dúvida sobre a veracidade do documento, admitida a autenticação realizada por servidor através da apresentação da original ou realizada por advogado por sua responsabilidade profissional.

10.20. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, restringe-se à juntada/encarte no sistema, após a abertura da sessão pública, de documento inexistente no momento da apresentação da proposta. Neste caso, o licitante não atende à condição exigida no Edital e por tal razão está inabilitado. Caso o documento esteja apenas ausente, isto é, existente no momento da apresentação da proposta, porém, por falha ou equívoco não tenha sido apresentado pelo licitante, deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

10.21. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes e o oposto,

ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público.

10.22. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

10.23. Os participantes deverão encaminhar os documentos constante nos subitens 10.11.3, 10.11.4, 10.11.5, 10.11.7, 10.12.1, em nome da empresa licitante e também de seus sócios, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, com exceção a Certidão reservar percentual de vagas aos aprendizes e Certidão reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social, que deverão ser apresentadas apenas em nome da pessoa jurídica.

10.24. Para o item 10.13.11, será exigido as declarações do conselho regional de farmácia: Declaração De Contrato Ativo, Declaração de Perfil do Estabelecimento, Declaração de Aptidão Eleitoral, Declaração de Inscrição Profissional, Declaração para Aposentadoria, Declaração de Perfil Profissional. As Declarações solicitadas deverão ser apresentadas sob pena de inabilitação com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias.

10.25. Os demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado.

10.26. A apresentação de novas propostas, conforme descrito acima, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

10.27. Os licitantes que reduzirem os preços ao valor da proposta classificada, terão seus documentos de habilitação analisados de acordo com os itens desta seção, com a finalidade de estarem previamente habilitados e figurarem na relação de empresas remanescentes em caso de eventual desistência ou impedimento/cancelamento do licitante vencedor.

10.28. Os documentos anexados deverão ser encaminhados, preferencialmente, em arquivo digitalizado no formato PDF, de modo a não permitir sua manipulação, de preferência, assinados digitalmente;

10.29. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo Pregoeiro, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para **análise jurídica**, para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/21;

10.30. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

10.30.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

10.30.2. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

10.31. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

10.32. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

10.32.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.32.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.33. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

10.34. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.35. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.36. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e seus anexos, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar 123/2006.

10.37. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.38. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado (anexo IV) após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta corrente e código da agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.1.3. Preço unitário e total, para o item/lote em moeda corrente nacional, em algarismo com, no máximo, 02 (duas) casas decimais;

11.1.4. Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos produtos ofertados, contendo as informações igual ou produto superior à especificação do Termo de Referência;

11.1.5. Prazo de validade da proposta de no mínimo **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.

11.1.6. Formular a proposta em papel timbrado, informar a razão social, o número do CNPJ, endereço completo.

11.1.7. Informar, obrigatoriamente, na proposta OS NÚMEROS DE TELEFONE E ENDEREÇO DE E-MAIL PARA CONTATOS ATUALIZADOS E VÁLIDOS, A FIM DE POSSIBILITAR AS SOLICITAÇÕES.

11.2. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as

características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12. RECURSO ADMINISTRATIVO

12.1. Por ocasião do final da sessão, após a disputa de preços e habilitação dos fornecedores a(s) proponente(s) que participou (aram) do PREGÃO deverá(ão) manifestar imediata a(s) intenção(ões) de recorrer, via sistema, no prazo estabelecido de no mínimo 10 (dez) minutos para envio;

12.1.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

12.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa / fase / procedimento do PREGÃO, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito via sistema, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência;

12.3. As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE;

12.4. Os recursos e ou contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

12.6. Os autos deste Pregão eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos neste Edital;

12.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

12.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) *Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;*

b) *Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;*

c) *Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;*

d) **ADJUDICAR** o objeto e **HOMOLOGAR** a licitação.

13.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DE CONTRATO

15.1. A Administração convocará o(s) licitante(s) vencedor(es) para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

15.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

15.1.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.1.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) *Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;*

b) *Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.*

15.1.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta (quando for o caso) em favor do órgão ou entidade licitante. Aplica-se aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 16.1.4 “a”.

15.1.6. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual.

15.1.7. O Município poderá, na forma do artigo 95 da Lei 14.133/21, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.

15.1.8. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete **infração** administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

16.4.1.1. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

16.4.1.2. Compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

17.1. A autoridade competente do Município de Terra Santa poderá anular e revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e

suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.

17.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF

17.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

17.7. Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração do Município de Terra Santa comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

17.8. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

17.9. O desatendimento de exigências meramente formais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, Art. 12 III da Lei 14.133/21.

17.10. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Federal nº 10.024/19.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I: Termo de Referência;
- Anexo II: Minuta da Ata de Registro de Preço;
- Anexo III: Minuta do Contrato;
- Anexo IV: Modelo da Proposta;
- Anexo V: Modelo de declaração de elaboração independente de proposta;
- Anexo VI: Modelo de declaração de cumprimento da Lei geral de proteção de dados - Lei nº 13.709/2018;
- Anexo VII: Modelo de declaração que atende o Art. 63, incisos I e IV;
- Anexo VIII: Modelo de Declaração do Inciso XXXIII do Art. 7º da CF/88;
- Anexo IX: Modelo de declaração de enquadramento como ME ou EPP

17.12. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo site <https://www.licitanet.com.br>;

17.13. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Terra Santa - PA.

Terra Santa – PA, 01 de abril de 2026



Olivian David Straus Pessoa
Equipe de Apoio
Portaria nº. 433/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 030/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de medicamentos destinados à rede municipal de saúde de Terra Santa (Farmácia Básica Municipal, Hospital Municipal e as Unidades Básicas de Saúde -UBS), visando garantir o fornecimento contínuo e gratuito de medicamentos essenciais à população, em conformidade com a Lei nº 8.080/1990 e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VLR UNI.	VLR TOTAL
LOTE 1 – ANTIBIÓTICOS						
1	270612	BENZILPENICILINA 1.200.000ui/4ml (frasco 4ml - suspensao injetavel pronto uso)	FRASCO- AMPOLA	3000	R\$ 7,93	R\$ 23.790,00
2	270614	BENZILPENICILINA. Apresentação: Potássica Composição: Associada À Penicilina Procinada Dosagem: 100.000ui + 300.000ui Uso: Injetável	FRASCO- AMPOLA	400	R\$ 7,27	R\$ 2.908,00
3	270616	BENZILPENICILINA. Apresentação: Benzatina Dosagem: 5.000.000ui Uso: Injetável. Frasco ampola	FRASCO- AMPOLA	480	R\$ 12,14	R\$ 5.827,20
4	376775	Ceftriaxona 1 g, na forma de pó para solução injetável + bolsa (nc bag) contendo 100 ml de solução de cloreto de sódio 0,9%, estéril e apirrogênica; a nc bag é dotada de válvula com mecanismo abre e fecha, que permite a introdução ou a retirada de solução na bolsa através de seringa luer-lock conectada ao terminal (válvula) da bolsa sem utilização de agulha metálica.	FRASCO- AMPOLA	15000	R\$ 14,73	R\$ 220.950,00
5	268439	CLARITROMICINA. Dosagem: 500 MG Apresentação: Capsula	COMPRIMIDO	7200	R\$ 2,01	R\$ 14.472,00
6	268436	Clindamicina. Dosagem: 300 mg. Cápsula.	COMPRIMIDO	5000	R\$ 1,47	R\$ 7.350,00
7	269998	ERITROMICINA. Dosagem: 50MGML. Suspensão	FRASCO	120	R\$ 29,58	R\$ 3.549,60
8	335100	Cloranfenicol Concentração: 1 G Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	FRASCO- AMPOLA	360	R\$ 6,61	R\$ 2.379,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA
CNPJ: 23.060.866/0001-93

9	271089	Amoxicilina. Concentração: 500mg. Cápsula	CAPSULA	90000	R\$ 1,25	R\$ 112.500,00
10	267625	Cefalexina. Dosagem: 500 mg. Cápsula.	COMPRIMIDO	100000	R\$ 0,94	R\$ 94.000,00
11	268370	Aciclovir. Dosagem: 200 mg. Comprimido.	COMPRIMIDO	10100	R\$ 0,89	R\$ 8.989,00
12	268374	Aciclovir. Dosagem: 250 mg. Injetável	AMPOLA	120	R\$ 7,47	R\$ 896,40
13	268375	Aciclovir. Dosagem: 50 mg/g (5%).Apresentação; Creme	BISNAGA 10 Grama	400	R\$ 5,17	R\$ 2.068,00
14	459822	Albendazol. Concentração: 400 mg, forma farmacêutica: comprimido mastigável	COMPRIMIDO	8000	R\$ 0,88	R\$ 7.040,00
15	267507	Albendazol. Dosagem: 40 mg/ml, uso: suspensão oral 10,00ml. Frasco	FRASCO 10 mililitros	6000	R\$ 2,44	R\$ 14.640,00
16	267140	Azitromicina. Dosagem: 500 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	20000	R\$ 1,09	R\$ 21.800,00
17	268949	Azitromicina. Suspensão 40mg/ml	FRASCO 15 mililitros	2000	R\$ 8,02	R\$ 16.040,00
18	267662	Fluconazol. Dosagem: 150 mg. Cápsula	COMPRIMIDO	9000	R\$ 0,61	R\$ 5.490,00
19	376767	Ivermectina. Concentração: 6 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	5000	R\$ 0,66	R\$ 3.300,00
20	267717	Metronidazol. Dosagem: 250 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	42000	R\$ 0,27	R\$ 11.340,00
21	268499	Metronidazol. Dosagem: 400 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	24000	R\$ 0,43	R\$ 10.320,00
22	394856	Benzoilmetronidazol 40mg/ml.Suspensão	FRASCO	1440	R\$ 9,22	R\$ 13.276,80
23	268273	Nitrofurantoina 100mg cápsula	COMPRIMIDO	30500	R\$ 0,33	R\$ 10.065,00
24	267378	Nistatina. Dosagem. 100.000 UI/mL. suspensão oral	FRASCO 30 Mililitro	60	R\$ 8,05	R\$ 483,00
25	271111	Amoxicilina. Concentração: 50mg/ml, apresentação: pó para suspensão oral 150 ml. Frasco	FRASCO 150 Mililitro	3000	R\$ 6,08	R\$ 18.240,00
26	331555	Cefalexina. Dosagem: 50 mg/ml, forma farmacêutica :pó p/ suspensão oral 100,00 ml. Frasco.	FRASCO 100 Mililitro	3000	R\$ 11,51	R\$ 34.530,00
27	308882	Sulfametoxazol. Composição: associado à trimetoprima, concentração: 400mg + 80mg. Comprimido	COMPRIMIDO	13000	R\$ 0,26	R\$ 3.380,00
28	308884	Sulfametoxazol. Composição: associado à trimetoprima, concentração: 40 mg/mL + 8 mg/mL. suspensão oral	FRASCO 100 Mililitro	1000	R\$ 4,45	R\$ 4.450,00
29	448841	Amoxicilina + clavulanato de potássio. Concentração:50mg+12,5m g/ml-suspensão	FRASCO-70ML	200	R\$ 47,68	R\$ 9.536,00
30	271217	Amoxicilina + clavulanato de potássio. Concentração: 500mg+125mg. Cápsula	CAPSULA	14000	R\$ 1,32	R\$ 18.480,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

31	268861	Itraconazol. Dosagem: 100 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	5000	R\$ 0,98	R\$ 4.900,00
32	308736	Cetoconazol. Dosagem: 20 mg/mL (2%).XAMPU	FRASCO 100 Mililitro	600	R\$ 20,97	R\$ 12.582,00
33	271123	Cloridrato de tetraciclina. Dosagem: 5 mg/g. Pomada oftálmica	BISNAGA 3,5g	100	R\$ 26,47	R\$ 2.647,00
34	267393	Cloridrato de tetraciclina. Dosagem: 500mg. Capsula	CAPSULA	4800	R\$ 0,73	R\$ 3.504,00
35	268207	AMPICILINA. Dosagem: 1 G. Tipo Uso: Injetável. Ampola	FRASCO-AMPOLA	600	R\$ 6,38	R\$ 3.828,00
36	442689	AMPICILINA. Composição: Associada Ao Sulbactam Concentração: 2 G + 1 G Forma Farmaceutica: Pó P/ Solução Injetável	FRASCO-AMPOLA	1200	R\$ 11,42	R\$ 13.704,00
37	460699	Cefalotina sódica 1g na forma de pó para solução injetável + bolsa (nc bag) contendo 100 ml de solução de cloreto de sódio 0,9%, estéril e apirogênica; a nc bag é dotada de válvula com mecanismo abre e fecha, que permite a introdução ou a retirada de solução na bolsa através de seringa luer-lock conectada ao terminal (válvula) da bolsa sem utilização de agulha metálica.	FRASCO-AMPOLA	8000	R\$ 5,06	R\$ 40.480,00
38	392249	Cefepima 1 g, na forma de pó para solução injetável + bolsa (nc bag) contendo 100 ml de solução de cloreto de sódio 0,9%, estéril e apirogênica; a nc bag é dotada de válvula com mecanismo abre e fecha, que permite a introdução ou a retirada de solução na bolsa através de seringa luer-lock conectada ao terminal (válvula) da bolsa sem utilização de agulha metálica.	FRASCO-AMPOLA	4000	R\$ 11,81	R\$ 47.240,00
39	268440	CLARITROMICINA. Dosagem: 500 MG Apresentação: Injetável	FRASCO-AMPOLA	720	R\$ 32,01	R\$ 23.047,20
40	292419	CLINDAMICINA. Dosagem: 150 MG/ML Apresentação: Solução Injetável. Ampola	FRASCO-AMPOLA	4000	R\$ 3,44	R\$ 13.760,00
41	268488	Meropeném 1 g e cloreto de sódio 0,9% bolsa bicompartilhada: cada bolsa contém 1 g de meropeném na forma de pó para solução para infusão e 50 ml do diluente cloreto de sódio 0,9%. Composição da bolsa:	FRASCO-AMPOLA	1200	R\$ 16,48	R\$ 19.776,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		a camada de contato com o produto (diluyente e medicamento) é uma mistura de borracha termoplástica e um copolímero de etileno-polipropileno que não contém plastificantes. A porta para conexão do equipo é composta por copolímero de etileno-polipropileno. A bolsa é isenta de látex de borracha natural, pvc e di(2-etilhexil) ftalato (dehp)				
42	268513	OXACILINA. Dosagem: 500 MG Composição: Injetável. Frasco ampola	FRASCO-AMPOLA	3200	R\$ 5,24	R\$ 16.768,00
43	271725	Piperacilina 4 g e tazobactam 0,5 g, na forma de pó para solução injetável + bolsa (nc bag) contendo 100 ml de solução de cloreto de sódio 0,9%, estéril e apirogênica; a nc bag é dotada de válvula com mecanismo abre e fecha, que permite a introdução ou a retirada de solução na bolsa através de seringa luer-lock conectada ao terminal (válvula) da bolsa sem utilização de agulha metálica.	FRASCO-AMPOLA	2000	R\$ 16,97	R\$ 33.940,00
44	268541	CLORIDRATO DE VANCOMICINA CROMATOGRAFICAMENTE PURIFICADA, 1000 MG – F/A	FRASCO-AMPOLA	1000	R\$ 22,30	R\$ 22.300,00
45	292418	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO. Dosagem: 2 MG/ML Apresentação: Solução Injetável. Bolsa de 100 ml	BOLSA 100 Mililitro	1500	R\$ 10,32	R\$ 15.480,00
46	332985	LEVOFLOXACINO. Dosagem: 5 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Bolsa 100 ml	BOLSA 100 Mililitro	200	R\$ 10,49	R\$ 2.098,00
47	268498	METRONIDAZOL. Dosagem: 5mg/ML Apresentação: Solução Injetável Bolsa 100 ml	BOLSA 100 Mililitro	5200	R\$ 5,84	R\$ 30.368,00
48	271116	FLUCONAZOL. Dosagem: 2 MG/ML Uso: Injetável Bolsa 100 ml	BOLSA 100 Mililitro	300	R\$ 7,34	R\$ 2.202,00
49	270495	COLAGENASE. Apresentação: Associada Com Cloranfenicol Concentração: 0,6ui + 1% Uso: Pomada. Bisnaga	BISNAGA 30g	2000	R\$ 26,64	R\$ 53.280,00
50	394662	NEOMICINA. Composição:	BISNAGA 10g	3000	R\$	R\$ 12.300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		Associada Com Bacitracina Concentração: 5mg + 250ui/G Tipo Medicamento: Pomada. Bisnaga			4,10	
51	305270	LEVOFLOXACINO Dosagem: 500 MG Apresentação: comprimido	COMPRIMIDO	1500	R\$ 1,13	R\$ 1.695,00
52	268119	HIDROXICLOROQUINA. Dosagem: 400 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	3000	R\$ 2,10	R\$ 6.300,00
53	266788	Nistatina. Dosagem 25.000 UI/G. Creme vaginal	BISNAGA 60g	360	R\$ 10,73	R\$ 3.862,80
54	271100	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO Concentração: 1 G + 0,2 G Forma Farmaceutica: Pó P/ Solução Injetável	FRASCO- AMPOLA	800	R\$ 9,61	R\$ 7.688,00
55	268381	AMICACINA SULFATO Dosagem: 250 MG/ML Indicação: Solução Injetável	AMPOLA 2 Mililitro	600	R\$ 5,37	R\$ 3.222,00
56	273455	MUPIROCINA. Concentração: 20 MG/G Uso: Creme. Bisnaga	BISNAGA 15g	480	R\$ 16,26	R\$ 7.804,80
57	308736	Cetoconazol. Dosagem: 20 mg/mL (2%).CREME	BISNAGA 30g	1000	R\$ 4,90	R\$ 4.900,00
58	379902	Oseltamivir. Dosagem: 30mg .capsula	CAPSULA	120	R\$ 6,19	R\$ 742,80
59	379962	Oseltamivir. Dosagem: 45mg .capsula	CAPSULA	120	R\$ 8,21	R\$ 985,20
60	306947	Oseltamivir. Dosagem: 75mg .capsula	CAPSULA	240	R\$ 14,38	R\$ 3.451,20
TOTAL						R\$ 1.116.946,60
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VLR UNI.	VLR TOTAL
LOTE 2 – ANTI-INFLAMATORIOS / ANALGÉSICOS						
61	267643	Dexametasona. Dosagem: 0,1%. Bisnaga	BISNAGA 10G	3000	R\$ 2,95	R\$ 8.850,00
62	269388	Dexametasona. 4mg comprimido	COMPRIMIDO	15000	R\$ 0,89	R\$ 13.350,00
63	267502	Ácido acetilsalicílico. Dosagem: 100 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	100000	R\$ 0,23	R\$ 23.000,00
64	267501	Ácido acetilsalicílico. Dosagem: 500 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	7200	R\$ 0,31	R\$ 2.232,00
65	267203	Dipirona sódica. Dosagem: 500 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	100000	R\$ 0,60	R\$ 60.000,00
66	267205	Dipirona sódica. Dosagem: 500 mg/ml, apresentação: solução oral (gotas) 20ml. Frasco.	FRASCO 10 mililitros	6000	R\$ 1,64	R\$ 9.840,00
67	268252	DIPIRONA SÓDICA. Dosagem: 500 MG/ML Apresentação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 2 Mililitro	50000	R\$ 1,45	R\$ 72.500,00
68	267677	Ibuprofeno. Dosagem: 300 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	50000	R\$ 0,59	R\$ 29.500,00
69	267676	Ibuprofeno. Dosagem: 600	COMPRIMIDO	86400	R\$	R\$ 57.024,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA
CNPJ: 23.060.866/0001-93

		mg. Comprimido			0,66	
70	267778	Paracetamol. Dosagem comprimido: 500 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	60000	R\$ 0,34	R\$ 20.400,00
71	292427	DEXAMETASONA. Dosagem: 4 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável 2,5 ml. Ampola	AMPOLA 2,5 Mililitro	20000	R\$ 2,38	R\$ 47.600,00
72	631127	Dexametasona. Dosagem: 0,1mg/ml-100ml Elixir	FRASCO 100 Mililitro	3000	R\$ 3,09	R\$ 9.270,00
73	342135	HIDROCORTISONA. Composição: Sal Succinato Sódico Concentração: 100 MG Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Frasco ampola	FRASCO-AMPOLA	7200	R\$ 3,92	R\$ 28.224,00
74	342134	HIDROCORTISONA. Composição: Sal Succinato Sódico Concentração: 500 MG Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Frasco ampola	FRASCO-AMPOLA	6000	R\$ 6,10	R\$ 36.600,00
75	345240	HIDROCORTISONA ACETADO. Composição: 10M/G. Forma Farmacêutica: Creme	FRASCO-AMPOLA	100	R\$ 11,27	R\$ 1.127,00
76	270597	Acetato de betametasona + fosfato dissódico de betametasona. Dosagem: 3 mg/mL + 3 mg/mL. Suspensão injetável	AMPOLA 1 Mililitro	4000	R\$ 8,32	R\$ 33.280,00
77	267613	Captopril. Dosagem 25mg. Comprimido	COMPRIMIDO	23000	R\$ 0,43	R\$ 9.890,00
78	327699	Permanganato de potássio. Dosagem: 100 mg. Comprimido para uso tópico	COMPRIMIDO	120	R\$ 0,90	R\$ 108,00
79	267743	PREDNISONA Dosagem: 20MG Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000	R\$ 0,60	R\$ 18.000,00
80	267741	PREDNISONA Dosagem: 5MG Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	15000	R\$ 0,64	R\$ 9.600,00
81	448595	Prednisolona, fosfato sódico. Dosagem: 3mg/ml. Solução oral	FRASCO 60 mililitro	2000	R\$ 6,84	R\$ 13.680,00
82	448844	CETOPROFENO. Concentração: 100 MG Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Frasco ampola	FRASCO-AMPOLA	6000	R\$ 4,79	R\$ 28.740,00
83	448845	CETOPROFENO. Concentração: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA	7200	R\$ 2,01	R\$ 14.472,00
84	271003	DICLOFENACO. Apresentação: Sal Sódico Dosagem: 25mg/ML Uso:	AMPOLA 3 Mililitro	18000	R\$ 1,10	R\$ 19.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA
CNPJ: 23.060.866/0001-93

		Solução Injetável. Ampola				
85	270621	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO. Apresentação: Associada Com Dipirona Sódica Dosagem: 4mg + 500mg/ML Indicação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 5 Mililitro	8000	R\$ 1,77	R\$ 14.160,00
86	271600	METILPREDNISOLONA. Princípio Ativo: Sal Succinato Dosagem: 125 MG Apresentação: Pó Liofilizado + Diluente, Injetável. Frasco ampola	FRASCO - AMPOLA	800	R\$ 13,12	R\$ 10.496,00
87	271599	METILPREDNISOLONA. Princípio Ativo: Sal Succinato Dosagem: 500 MG Apresentação: Pó Liofilizado + Diluente, Injetável. Frasco ampola	FRASCO - AMPOLA	720	R\$ 25,04	R\$ 18.028,80
88	268532	TENOXICAM. Dosagem: 20 MG Indicação: Injetável	FRASCO- AMPOLA	6100	R\$ 7,13	R\$ 43.493,00
89	268533	TENOXICAM. Dosagem: 40 MG Indicação: Injetável	FRASCO- AMPOLA	6000	R\$ 10,49	R\$ 62.940,00
90	272334	DIMENIDRINATO Apresentação: Associado Com Piridoxina Cloridrato. Dosagem: 50mg + 50mg/ML Tipo Medicamento: Solução Injetável	AMPOLA 10 Mililitro	2400	R\$ 10,27	R\$ 24.648,00
91	398255	PAPAINA. Dosagem: 10% Indicação: Creme	BISNAGA 30g	8	R\$ 18,20	R\$ 145,60
92	273150	DEFLAZACORTE. Dosagem: 30 MG Apresentação: comprimido	COMPRIMIDO	240	R\$ 9,61	R\$ 2.306,40
TOTAL						R\$ 743.304,80
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VLR UNI.	VLR TOTAL
LOTE 3 – MEDICAMENTOS CONTROLADOS						
93	358755	Misoprostol. Dosagem: 200 mcg. Comprimido vaginal	COMPRIMIDO	100	R\$ 47,82	R\$ 4.782,00
94	358753	Misoprostol. Dosagem: 25mcg. Comprimido vaginal	COMPRIMIDO	30	R\$ 10,64	R\$ 319,20
95	268069	CLORPROMAZINA. Dosagem: 5 MG/ML Apresentação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 5 Mililitro	1200	R\$ 3,25	R\$ 3.900,00
96	267635	CLORPROMAZINA. Dosagem: 25MG Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5040	R\$ 0,50	R\$ 2.520,00
97	267638	CLORPROMAZINA. Dosagem: 100 MG Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5040	R\$ 0,58	R\$ 2.923,20
98	602763	ESCETAMINA. Concentração: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável 10 ml.	FRASCO- AMPOLA	300	R\$ 62,67	R\$ 18.801,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		Frasco ampola				
99	267195	DIAZEPAM. Dosagem: 5 MG/ML Apresentação: Solução Injetável 2 ML. Ampola	AMPOLA 2 Mililitro	2000	R\$ 0,98	R\$ 1.960,00
100	267195	DIAZEPAM. Dosagem: 5 MG Apresentação: COMP	COMPRIMIDO	7200	R\$ 0,25	R\$ 1.800,00
101	267197	DIAZEPAM. Dosagem: 10MG Apresentação: COMP	COMPRIMIDO	7800	R\$ 0,15	R\$ 1.170,00
102	267107	FENITOÍNA SÓDICA. Dosagem: 50 MG/ML Apresentação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 5 MILILITRO	840	R\$ 4,10	R\$ 3.444,00
103	267657	FENITOINA. Dosagem: 100 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	12000	R\$ 0,33	R\$ 3.960,00
104	300725	FENOBARBITAL SÓDICO. Dosagem: 100 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 2 Mililitro	720	R\$ 3,48	R\$ 2.505,60
105	300723	Fenobarbital sódico. Dosagem: 40 mg/ml, forma farm.: solução oral - gotas. Frasco de 20 ml.	FRASCO 20 Mililitro	420	R\$ 7,80	R\$ 3.276,00
106	267660	Fenobarbital sódico. Dosagem: 100 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	28800	R\$ 0,50	R\$ 14.400,00
107	268510	FLUMAZENIL. Dosagem: 0,1 MG/ML Indicação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 5 Mililitro	300	R\$ 9,12	R\$ 2.736,00
108	292194	HALOPERIDOL. Apresentação: Sal Decanoato Concentração: 50 MG/ML Tipo Uso: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 1 Mililitro	100	R\$ 10,60	R\$ 1.060,00
109	292196	HALOPERIDOL Concentração: 5 MG/ML Tipo Uso: Solução Injetável	AMPOLA 1 Mililitro	650	R\$ 3,24	R\$ 2.106,00
110	267670	HALOPERIDOL Concentração: 1MG Tipo Uso: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5040	R\$ 0,63	R\$ 3.175,20
111	267669	HALOPERIDOL Concentração: 5MG Tipo Uso: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5040	R\$ 0,41	R\$ 2.066,40
112	342138	HALOPERIDOL Concentração: 2MG/ML Tipo Uso: SOLUÇÃO ORAL	FRASCO 20 Mililitro	120	R\$ 5,23	R\$ 627,60
113	267504	Ácido valpróico. Dosagem 250mg. Comprimido	COMPRIMIDO	12400	R\$ 0,49	R\$ 6.076,00
114	267505	Ácido valpróico. Dosagem 500mg. Comprimido	COMPRIMIDO	12400	R\$ 1,02	R\$ 12.648,00
115	308732	Ácido valpróico. Dosagem 50mg/ml. Frasco	FRASCO 100 Mililitro	600	R\$ 10,80	R\$ 6.480,00
116	267512	Amitriptilina cloridrato. Dosagem: 25 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	30000	R\$ 0,14	R\$ 4.200,00
117	270140	Biperideno. Dosagem: 2mg. Comprimido	COMPRIMIDO	5160	R\$ 0,65	R\$ 3.354,00
118	267618	Carbamazepina. Dosagem 200mg. Comprimido	COMPRIMIDO	30000	R\$ 0,62	R\$ 18.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

119	267617	Carbamazepina. Dosagem 400mg. Comprimido	COMPRIMIDO	7200	R\$ 0,84	R\$ 6.048,00
120	392264	Carbamazepina. Dosagem 20mg/ml. Frasco.	FRASCO 100 Mililitro	600	R\$ 20,43	R\$ 12.258,00
121	267621	Carbonato litio. Dosagem: 300mg. Comprimido	COMPRIMIDO	9600	R\$ 0,52	R\$ 4.992,00
122	273009	Fluoxetina cloridrato. Dosagem: 20 mg. Cápsula	COMPRIMIDO	32000	R\$ 0,34	R\$ 10.880,00
123	270120	Clonazepam. Dosagem: 2,5 mg/ml. Frasco.	FRASCO 20 Mililitro	2000	R\$ 6,80	R\$ 13.600,00
124	271610	Nortriptilina. Dosagem. 50 mg. cápsula	CAPSULA	800	R\$ 0,68	R\$ 544,00
125	269574	BUPIVACAÍNA CLORIDRATO. Pureza: 0,5% Apresentação: Solução Injetável EMBALAGEM ESTERELIZADA	AMPOLA 4 Mililitro	60	R\$ 12,40	R\$ 744,00
126	271950	FENTANILA. Apresentação: Sal Citrato Dosagem: 0,05 MG/ML Indicação: Solução Injetável. Ampola 5 ml	AMPOLA 5 Mililitro	1200	R\$ 2,92	R\$ 3.504,00
127	271950	FENTANILA. Apresentação: Sal Citrato Dosagem: 0,05 MG/ML Indicação: Solução Injetável. Ampola 10 ml	AMPOLA 10 Mililitro	1200	R\$ 4,55	R\$ 5.460,00
128	268481	MIDAZOLAM. Dosagem: 5 MG/ML Aplicação: Injetável Ampola 10 ml	AMPOLA 10 Mililitro	1800	R\$ 3,47	R\$ 6.246,00
129	304871	MORFINA. Apresentação: Sulfato Concentração: 10mg/MI Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 1 Mililitro	3000	R\$ 4,99	R\$ 14.970,00
130	304872	MORFINA Apresentação: Sulfato Concentração: 0,2mg/MI Forma Farmacêutica: Solução Injetável 1 ml embalagem esterilizada	AMPOLA 1 Mililitro	120	R\$ 6,10	R\$ 732,00
131	272326	Naloxona. Dosagem: 0,4MG/ML Indicação: Solução Injetável Ampola 1 ml	AMPOLA 1 Mililitro	150	R\$ 7,94	R\$ 1.191,00
132	268501	NALBUFINA CLORIDRATO. Dosagem: 10 MG/ML Indicação: Solução Injetável Ampola 1 ml	AMPOLA 1 Mililitro	150	R\$ 15,52	R\$ 2.328,00
133	272329	PETIDINA, CLORIDRATO. Dosagem: 50 MG/ML Apresentação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 2 Mililitro	240	R\$ 13,59	R\$ 3.261,60
134	292382	TRAMADOL CLORIDRATO. Dosagem: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável 2 ml. Frasco ampola	AMPOLA 2 Mililitro	7200	R\$ 1,66	R\$ 11.952,00
135	268994	BUPROPIONA, CLORIDRATO. Dosagem: 150mg. Forma	COMPRIMIDO	1080	R\$ 0,49	R\$ 529,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		Farmacêutica: Comprimido				
136	272901	CLOBAZAM. Dosagem: 10MG Apresentação: comprimido	COMPRIMIDO	720	R\$ 1,78	R\$ 1.281,60
137	272809	LAMOTRIGINA. Dosagem: 100 MG Apresentação: comprimido	COMPRIMIDO	3000	R\$ 1,65	R\$ 4.950,00
138	352933	LEVETIRACETAM Dosagem: 100MG/ML. Apresentação: Sol. Oral	FRASCO 150 Mililitro	24	R\$ 71,03	R\$ 1.704,72
139	285966	LEVETIRACETAM Dosagem: 500 MG Apresentação: comprimido	COMPRIMIDO	3000	R\$ 3,73	R\$ 11.190,00
140	271621	OLANZAPINA. Dosagem: 10 MG. Forma farmacêutica: Comprimido	COMPRIMIDO	2160	R\$ 2,36	R\$ 5.097,60
141	271620	OLANZAPINA. Dosagem: 5MG G. Forma farmacêutica: Comprimido	COMPRIMIDO	1800	R\$ 1,71	R\$ 3.078,00
142	272831	QUETIAPINA Dosagem: 25MG Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2520	R\$ 0,24	R\$ 604,80
143	272839	RISPERIDONA. Dosagem: 1MG Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	R\$ 0,31	R\$ 1.550,00
144	284106	RISPERIDONA. Dosagem: 1MG/ml Apresentação: Sol Oral	FRASCO 30 Mililitro	2200	R\$ 14,43	R\$ 31.746,00
145	268149	RISPERIDONA. Dosagem: 2 MG Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1440	R\$ 0,38	R\$ 547,20
146	272320	RITALINA. concentração: 10mg. Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	R\$ 0,83	R\$ 1.660,00
147	272364	SERTRALINA. Concentração: 25mg. Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1440	R\$ 1,16	R\$ 1.670,40
148	308877	SEVOFLURANO. Concentração: 1mg/ML. Apresentação: Sol para inalação 100ml	FRASCO 100 mililitro	20	R\$ 288,21	R\$ 5.764,20
149	270119	Clonazepam. Dosagem: 2MG . COMP	COMPRIMIDO	1200	R\$ 0,45	R\$ 540,00
150	271773	BROMAZEPAM. Dosagem: 3mg. Forma Farmacêutica: comprimido	COMPRIMIDO	1800	R\$ 0,65	R\$ 1.170,00
151	278281	ADENOSINA. Dosagem: 3 MG/ML Forma farmacêutica: Solução Injetável. Ampola 2 ml	AMPOLA 2 Mililitro	360	R\$ 11,15	R\$ 4.014,00
152	270095	BUPIVACAÍNA CLORIDRATO. Apresentação: Associada À Glicose Dosagem: 0,5% + 8% Tipo: Solução Injetável. Ampola EMBALAGEM ESTERELIZADA	AMPOLA 4 Mililitro	3000	R\$ 6,06	R\$ 18.180,00
153	270116	ETOMIDATO Dosagem: 2 MG/ML Apresentação:	AMPOLA 10 Mililitro	180	R\$ 12,75	R\$ 2.295,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		Solução Injetável				
154	268396	ATRACURIO BESILATO. Dosagem: 10mg/ml Indicação: Injetável. Ampola	AMPOLA 5 Mililitro	100	R\$ 18,31	R\$ 1.831,00
155	268521	ROCURÔNIO BROMETO. Dosagem: 10 MG/ML Indicação: Solução Injetável 5 ml. Frasco ampola	FRASCO- AMPOLA	180	R\$ 20,31	R\$ 3.655,80
156	268107	Gabapentina. Dosagem: 300 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	3800	R\$ 1,37	R\$ 5.206,00
157	436418	ALTEPLASE Dosagem: 50MG Forma Farmacêutica: Tipo Uso: Injetável. Ampola 50ml	AMPOLA 50 mililitro	3	R\$ 2.786,83	R\$ 8.360,49
TOTAL						R\$ 344.226,81
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VLR UNI.	VLR TOTAL
LOTE 4 – ANTI-HIPERTENSIVOS / CARDIOLÓGICOS						
158	267647	DIGOXINA. Dosagem: 0,25 MG Apresentação: comprimido	COMPRIMIDO	600	R\$ 0,39	R\$ 234,00
159	267508	Alopurinol 100mg comprimido	COMPRIMIDO	8000	R\$ 0,20	R\$ 1.600,00
160	267509	Alopurinol 300mg comprimido	COMPRIMIDO	7200	R\$ 0,36	R\$ 2.592,00
161	267510	Amiodarona. Dosagem: 200 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	4200	R\$ 0,48	R\$ 2.016,00
162	271710	AMIODARONA. Dosagem: 50mg/ML Indicação: Injetável. Ampola 3 ml	AMPOLA 3 Mililitro	1200	R\$ 3,85	R\$ 4.620,00
163	268896	Anlodipino besilato. Dosagem: 10 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	27800	R\$ 0,21	R\$ 5.838,00
164	272434	Anlodipino besilato. Dosagem: 5 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	27800	R\$ 0,17	R\$ 4.726,00
165	267518	Atenolol. Dosagem: 100 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	14400	R\$ 0,28	R\$ 4.032,00
166	267517	Atenolol. Dosagem: 50 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	30000	R\$ 0,34	R\$ 10.200,00
167	267567	Carvedilol 25mg comprimido	COMPRIMIDO	4000	R\$ 0,45	R\$ 1.800,00
168	267564	Carvedilol 12.5mg comprimido	COMPRIMIDO	3000	R\$ 0,12	R\$ 360,00
169	267565	Carvedilol 6,25mg comprimido	COMPRIMIDO	1500	R\$ 0,14	R\$ 210,00
170	267651	Enalapril maleato 10mg comprimido	COMPRIMIDO	12200	R\$ 0,33	R\$ 4.026,00
171	267652	Enalapril maleato 20mg comprimido	COMPRIMIDO	12400	R\$ 0,22	R\$ 2.728,00
172	267653	Espironolactona 25mg comprimido	COMPRIMIDO	24000	R\$ 0,51	R\$ 12.240,00
173	267663	Furosemida. Dosagem: 40 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	12000	R\$ 0,24	R\$ 2.880,00
174	267674	Hidroclorotiazida. Dosagem: 25 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	100000	R\$ 0,21	R\$ 21.000,00
175	271157	Insulina humana NPH 100UI/ML	UNIDADE	2000	R\$ 101,61	R\$ 203.220,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

176	268856	Losartana. Concentração 50mg. Comprimido	COMPRIMIDO	500000	R\$ 0,20	R\$ 100.000,00
177	267689	Metildopa. Dosagem: 250 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	8640	R\$ 0,61	R\$ 5.270,40
178	267690	Metformina cloridrato. Dosagem: 500 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	100000	R\$ 0,38	R\$ 38.000,00
179	267691	Metformina cloridrato. Dosagem: 850 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	100000	R\$ 0,57	R\$ 57.000,00
180	267671	GLIBENCLAMIDA. Dosagem: 5 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	100000	R\$ 0,14	R\$ 14.000,00
181	267728	Nifedipino. Dosagem: 10 mg. Cápsula	COMPRIMIDO	40000	R\$ 0,38	R\$ 15.200,00
182	267772	Propranolol cloridrato. Dosagem: 40 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	22000	R\$ 0,27	R\$ 5.940,00
183	267747	Sinvastatina. Dosagem: 20 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	72000	R\$ 0,25	R\$ 18.000,00
184	267745	Sinvastatina. Dosagem: 40 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	72000	R\$ 0,21	R\$ 15.120,00
185	268446	DOBUTAMINA CLORIDRATO Dosagem: 12,5 MG/ML Indicação: Injetável 20 ml	AMPOLA 20 Mililitro	300	R\$ 7,17	R\$ 2.151,00
186	268960	DOPAMINA Dosagem: 5 Mg/ML Apresentação: Solução Injetável	AMPOLA 10 Mililitro	300	R\$ 4,30	R\$ 1.290,00
187	268255	EPINEFRINA. Dosagem: 1mg/ML Uso: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 1 Mililitro	4000	R\$ 2,01	R\$ 8.040,00
188	268112	HIDRALAZINA Dosagem: 50MG Indicação:COMP	COMPRIMIDO	1200	R\$ 0,62	R\$ 744,00
189	442584	NOREPINEFRINA. Concentração: 2 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 4 Mililitro	1800	R\$ 3,31	R\$ 5.958,00
190	276656	METOPROLOL. Concentração:25 MG .Forma Farmacêutica:COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	4000	R\$ 0,54	R\$ 2.160,00
191	276657	METOPROLOL. Concentração: 50MG .Forma Farmacêutica:COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	4000	R\$ 0,81	R\$ 3.240,00
192	442755	Gliclazida. Dosagem: 60 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	16000	R\$ 1,31	R\$ 20.960,00
193	442754	Gliclazida. Dosagem: 30 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	14000	R\$ 0,52	R\$ 7.280,00
194	384894	Propafenona cloridrato. Dosagem 150 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	240	R\$ 0,89	R\$ 213,60
195	268124	Levotiroxina. Dosagem: 25 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	1440	R\$ 0,33	R\$ 475,20
196	268123	Levotiroxina. Dosagem: 50 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	1440	R\$ 0,33	R\$ 475,20
197	272581	Maleato de timolol:	FRASCO 5	60	R\$	R\$ 987,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		Dosagem: 5 mg/mL (0,5%). Solução oftálmica	Mililitro		16,46	
198	267425	Verapamil cloridrato. Dosagem 80 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	240	R\$ 0,47	R\$ 112,80
199	279269	Varfarina. Dosagem 5mg. Comprimido	COMPRIMIDO	720	R\$ 0,30	R\$ 216,00
200	273400	Isossorbida Dosagem 20mg. Comprimido	COMPRIMIDO	2200	R\$ 0,32	R\$ 704,00
201	273395	Isossorbida Dosagem 5mg. Comprimido sublingual	COMPRIMIDO	1200	R\$ 1,00	R\$ 1.200,00
202	275963	Finasterida. Dosagem: 5mg .Comprimido	COMPRIMIDO	1200	R\$ 1,07	R\$ 1.284,00
203	268080	ATORVASTATINA Dosagem:10mg Forma Farmacêutica: comprimido	COMPRIMIDO	2000	R\$ 0,18	R\$ 360,00
204	268115	HIDRALAZINA Dosagem: 20 MG/ML Indicação: Solução Injetável	AMPOLA 1 Mililitro	4000	R\$ 6,59	R\$ 26.360,00
205	273719	NITROPRUSSETO DE SÓDIO. Dosagem: 50 MG Tipo Medicamento: Injetável. Frasco ampola	FRASCO- AMPOLA	300	R\$ 21,80	R\$ 6.540,00
206	268970	NITROGLICERINA. Dosagem: 5MG/ML.Tipo Medicamento: Solução Injetável. Ampola 10ml	AMPOLA 10 Mililitro	120	R\$ 41,72	R\$ 5.006,40
207	268277	OCITOCINA. Dosagem: 5 UI/ML Indicação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 1 mililitro	4500	R\$ 4,80	R\$ 21.600,00
208	272198	ETILEFRINA CLORIDRATO. Composição: 10mg/ML Apresentação: Injetável. Ampola	AMPOLA 1 mililitro	1000	R\$ 3,27	R\$ 3.270,00
209	345259	METOPROLOL. Concentração: 1 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 5 Mililitro	200	R\$ 25,45	R\$ 5.090,00
210	268083	AZATIOPRINA.Dosagem:50 mg Forma Farmacêutica: comprimido	COMPRIMIDO	3240	R\$ 3,10	R\$ 10.044,00
211	276378	CILOSTAZOL.Dosagem: 100mg. Forma Farmacêutica: Comprimido	COMPRIMIDO	720	R\$ 0,62	R\$ 446,40
212	267629	CINARIZINA. Dosagem: 75mg. Forma Farmacêutica: Comprimido	COMPRIMIDO	300	R\$ 0,51	R\$ 153,00
213	272045	CLOPIDOGREL. Dosagem: 75 MG Apresentação: comprimido	COMPRIMIDO	1000	R\$ 0,66	R\$ 660,00
214	267642	COLCHICINA Dosagem: 0,5MG Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	240	R\$ 0,32	R\$ 76,80
215	270436	METOTREXATO.Dosagem:	COMPRIMIDO	720	R\$	R\$ 864,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		2,5MG.Forma farmacêutica: Comprimido			1,20	
216	445431	SACUBITRIL+VALSARTAN A.Concentração:24mg+26m g.Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1028	R\$ 5,28	R\$ 5.427,84
217	268097	TRACOLIMO.Concentração: 10mg.Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	720	R\$ 24,05	R\$ 17.316,00
218	412091	RIVAROXABANA, concentração: 20mg. Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1500	R\$ 0,66	R\$ 990,00
219	273836	INSULINA. Tipo: Glargina, concentração 100UI/ML	FRASCO 10ml	300	R\$ 167,47	R\$ 50.241,00
TOTAL						R\$ 764.789,24
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VLR UNI.	VLR TOTAL
LOTE 5 – ANTIALÉRGICOS / OUTROS (SUPORTE E DIVERSOS)						
220	267632	Ciprofloxacino cloridrato. Dosagem: 500 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	30000	R\$ 0,70	R\$ 21.000,00
221	269846	Lidocaína cloridrato. Dosagem: 2%, apresentação: geléia 30,00 g. Bisnaga.	BISNAGA 30g	1200	R\$ 5,65	R\$ 6.780,00
222	372335	Metronidazol. Concentração: 100 mg/g, forma farmaceutica: gel vaginal, característica adicional: com aplicador 50,00 g. Bisnaga.	BISNAGA 50g	2100	R\$ 7,58	R\$ 15.918,00
223	268162	Miconazol nitrato. Dosagem: 2%, apresentação: creme vaginal 80,00 g. Bisnaga	BISNAGA 80G	2100	R\$ 12,23	R\$ 25.683,00
224	268162	Miconazol nitrato. Dosagem: 2%, apresentação: creme dermatologico. Bisnaga	BISNAGA 28G	1000	R\$ 6,09	R\$ 6.090,00
225	268162	Miconazol nitrato. Dosagem: 2%, apresentação: solução dermatologica	FRASCO 30ML	100	R\$ 8,97	R\$ 897,00
226	465157	Pasta d'água bisnaga	BISNAGA 80 G	200	R\$ 8,70	R\$ 1.740,00
227	407710	Sulfadiazina de prata 10mg /400mg bisnaga	BISNAGA	300	R\$ 67,86	R\$ 20.358,00
228	465155	Sulfato de sabultamol. Dosagem 100 mcg/dose, aerosol oral. Frasco.	FRASCO- 200DOSES	840	R\$ 27,86	R\$ 23.402,40
229	281657	ÁCIDOS GRAXOS ESSÊNCIAIS. Composição: Composto Dos Ácidos Caprílico, Cáprico, Láurico Componentes: Linoleico, Lecitina De Soja Apresentação: Associados Com Vitaminas "A" e "E". Loção oleosa 100 ml.	FRASCO	1300	R\$ 30,25	R\$ 39.325,00
230	267328	FOSFATO DE SÓDIO. Apresentação: Enema Dosagem: Fosfato Monobásico 16% + Fosfato	FRASCO 130 Mililitro	300	R\$ 7,82	R\$ 2.346,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		Dibásico 6%. Frasco				
231	267503	Ácido fólico. Dosagem: 5 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	100000	R\$ 0,11	R\$ 11.000,00
232	421665	Ácido fólico. Dosagem: 0,2mg/ml. Sol oral 30ml. Sol.Oral	FRASCO 30 Mililitro	120	R\$ 4,24	R\$ 508,80
233	433257	HIDROXIDO DE ALUMINIO. Dosagem:60mgML. Solução oral	FRASCO 100 Mililitro	2000	R\$ 4,03	R\$ 8.060,00
234	446104	Sais para reidratação oral cloreto de sódio, glicose anidra, cloreto de potássio, citrato de sódio diidratado	SACHE 27,9 Grama	5000	R\$ 1,10	R\$ 5.500,00
235	267712	Omeprazol 20mg cápsula	COMPRIMIDO	78000	R\$ 0,13	R\$ 10.140,00
236	267768	Prometazina cloridrato. Dosagem: 25 mg. Comprimido	COMPRIMIDO	4320	R\$ 0,24	R\$ 1.036,80
237	292344	Sulfato ferroso. Dosagem ferro: 40mg de ferro ii. Comprimido	COMPRIMIDO	100000	R\$ 0,24	R\$ 24.000,00
238	393870	Dexclorfeniramina maleato. Concentração: 0,4 mg/ml, apresentação farmacêutica: xarope 100,00ml. Frasco.	FRASCO 100 Mililitro	5000	R\$ 4,17	R\$ 20.850,00
239	267645	Dexclorfeniramina maleato. Concentração: 2MG.Apresentação farmacêutica: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	14400	R\$ 0,35	R\$ 5.040,00
240	294643	Ibuprofeno. Dosagem: 50 mg/ml, forma farmacêutica: suspensão oral 30,00 ml. Frasco.	FRASCO 30 Mililitro	3000	R\$ 2,85	R\$ 8.550,00
241	268331	Ipatroprio brometo o,25mg/ml solução oral	FRASCO 20 Mililitro	840	R\$ 4,19	R\$ 3.519,60
242	273467	Loratadina. Concentração: 1mg/ml, tipo medicamento: xarope 100,00 ml. Frasco.	FRASCO 100 Mililitro	3000	R\$ 3,48	R\$ 10.440,00
243	273466	Loratadina. Concentração: 10mg, medicamento: comprimido	COMPRIMIDO	14500	R\$ 0,52	R\$ 7.540,00
244	267777	Paracetamol 200mg/ml gotas	FRASCO 15 mililtros	5000	R\$ 1,84	R\$ 9.200,00
245	292345	Sulfato ferroso. Dosagem ferro: 25mg/ml solução oral	FRASCO 100 Mililitro	1200	R\$ 2,61	R\$ 3.132,00
246	268214	ATROPINA SULFATO. Dosagem: 0,25 MG/ML Uso: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 1 Mililitro	600	R\$ 2,02	R\$ 1.212,00
247	267666	FUROSEMIDA. Composição: 10 Mg/ML Apresentação: Solução Injetável 2 ml. Ampola	AMPOLA 2 Mililitro	7200	R\$ 1,43	R\$ 10.296,00
248	406308	GENTAMICINA. Dosagem: 5MG/ML Aplicação: Solução Oftalmica	FRASCO 5 Mililitro	60	R\$ 16,74	R\$ 1.004,40
249	272796	HEPARINA Concentração:5000UI Tipo Uso: Solução Injetável	FRASCO-AMPOLA 5ml	1200	R\$ 17,70	R\$ 21.240,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		frasco ampola 5ml				
250	269845	LIDOCAÍNA CLORIDRATO Dosagem: 10% Apresentação: Spray	FRASCO 50 Mililitro	60	R\$ 62,27	R\$ 3.736,20
251	269852	LIDOCAÍNA CLORIDRATO. Composição: Associada Com Epinefrina Dosagem: 2% + 1:200.000 Apresentação: Injetável	AMPOLA 20 Mililitro	60	R\$ 8,06	R\$ 483,60
252	269843	LIDOCAÍNA CLORIDRATO Dosagem: 2% Apresentação: Injetável 20 ml	AMPOLA 20 Mililitro	2000	R\$ 7,74	R\$ 15.480,00
253	267311	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO Dosagem: 4 Mg/ML Apresentação: Solução oral	FRASCO 10ML	14000	R\$ 1,75	R\$ 24.500,00
254	267312	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO Dosagem: 10mg. Apresentação: COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	7200	R\$ 0,17	R\$ 1.224,00
255	267310	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO Dosagem: 5 Mg/ML Apresentação: Solução Injetável 2 ml	AMPOLA 2 Mililitro	3000	R\$ 1,29	R\$ 3.870,00
256	419016	ONDANSETRONA, CLORID RATO. Dosagem: 4MG Indicação: comprimido	COMPRIMIDO	3000	R\$ 0,56	R\$ 1.680,00
257	267768	PROMETAZINA CLORIDRATO. Dosagem: 25 MG/ML Apresentação: Solução Injetável 2 ml. Ampola	AMPOLA 2 Mililitro	4200	R\$ 3,91	R\$ 16.422,00
258	352317	ÁGUA DESTILADA. Aspecto Físico: Bidestilada, Estéril, Apirrogênica. Ampola 10 ml	AMPOLA 10 Mililitro	80000	R\$ 1,06	R\$ 84.800,00
259	268222	BICARBONATO DE SÓDIO. Dosagem: 8,4% Uso: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 10 Mililitro	600	R\$ 1,03	R\$ 618,00
260	267162	CLORETO DE POTÁSSIO. Dosagem: 19,1% Apresentação: Solução Injetável. Ampola de 10 ml	AMPOLA 10 Mililitro	1200	R\$ 1,00	R\$ 1.200,00
261	267574	CLORETO DE SÓDIO. Concentração: 20% Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola de 10 ml	AMPOLA 10 Mililitro	1800	R\$ 1,11	R\$ 1.998,00
262	267540	GLICOSE. Concentração: 25% Indicação: Solução Injetável Características Adicionais: 10ml ampola	AMPOLA 10 Mililitro	8600	R\$ 1,67	R\$ 14.362,00
263	267541	GLICOSE. Concentração: 50% Indicação: Solução Injetável Características Adicionais: 10ml ampola	AMPOLA 10 Mililitro	9000	R\$ 1,25	R\$ 11.250,00
264	268075	SULFATO DE MAGNÉSIO.	AMPOLA 10	600	R\$	R\$ 3.840,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		Concentração: 50% Uso: Solução Injetável Ampola 10 ml	Mililitro		6,40	
265	268076	SULFATO DE MAGNÉSIO. Concentração: 10% Uso: Solução Injetável Ampola 10 ml	AMPOLA 10 Mililitro	300	R\$ 2,57	R\$ 771,00
266	315056	ÁGUA DESTILADA. Aspecto Físico: Bidestilada, Estéril, Apirogênica. Sistema fechado 100 ml	BOLSA 100 Mililitro	360	R\$ 4,63	R\$ 1.666,80
267	268222	BICARBONATO DE SÓDIO. Dosagem: 8,4% Uso: BOLSA 250ML	BOLSA 250 Mililitro	60	R\$ 21,60	R\$ 1.296,00
268	303292	RINGER. Composição: Associado Com Lactato De Sódio Forma Farmacêutica: Solução Injetável Característica Adicional: Sistema Fechado Bolsas 500 ml	BOLSA 500 Mililitro	9000	R\$ 7,63	R\$ 68.670,00
269	477319	CARVÃO ATIVADO. Forma Farmacêutica: Em Pó. Pote de 500g	POTE 500g	5	R\$ 53,68	R\$ 268,40
270	268185	GLICEROL Dosagem: 0,82G Apresentação: Supositório	UNIDADE	120	R\$ 3,58	R\$ 429,60
271	268186	Glicerol. Dosagem: 120 mg/mL. solução retal	UNIDADE	60	R\$ 5,21	R\$ 312,60
272	270130	Levodopa + carbidopa. Dosagem: 250+25mg. Comprimido	COMPRIMIDO	8000	R\$ 1,35	R\$ 10.800,00
273	433280	Levodopa + benserazida. Dosagem: 100+25mg. Comprimido	COMPRIMIDO	7000	R\$ 1,27	R\$ 8.890,00
274	445797	Dipropionato de beclometasona. Dosagem:200 mcg/dose. Solução aerossol	FRASCO-10ML	60	R\$ 34,43	R\$ 2.065,80
275	267586	Dipropionato de beclometasona. Dosagem:200 mcg/dose. CAPSULA PARA INALAÇÃO	CAPS INALATORIA	120	R\$ 26,45	R\$ 3.174,00
276	396470	FENOTEROL, BROMIDRATO. Concentração: 0,25 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Para Inalação. Frasco	FRASCO 20 Mililitro	60	32,9	R\$ 1.974,00
277	395631	Extrato medicinal. Princípio ativo: guaco (mikania glomerata spreng.), concentração: 5%, forma farmacêutica: xarope 100,00 ml. Frasco.	FRASCO 100 Mililitro	3000	R\$ 2,52	R\$ 7.560,00
278	233632	OLEO MINERAL.SOLUÇÃO ORAL	FRASCO 100 Mililitro	1200	R\$ 3,65	R\$ 4.380,00
279	395618	Alcachofra (<i>Cynara scolymus</i> L.) Concentração:	COMPRIMIDO	3600	R\$ 0,65	R\$ 2.340,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		300 mg, forma farmaceutica: Capsula				
280	292228	Acetato de medroxiprogesterona. Dosagem: 150mg/ml. Solução injetável	AMPOLA 1 mililitro	1200	R\$ 10,20	R\$ 12.240,00
281	269462	Alendronato de sódio 70mg.comprimido	COMPRIMIDO	200	R\$ 0,89	R\$ 178,00
282	295605	Algestona acetofenida+enantato de estradiol (150mg+10mg). Solução injetável	AMPOLA 1 mililitro	600	R\$ 12,34	R\$ 7.404,00
283	395716	Aroeira (<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi). Concentração: 1,932mg. óvulo vaginal	COMPRIMIDO	800	R\$ 2,36	R\$ 1.888,00
284	395716	Aroeira (<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi). Concentração: 1,932mg. gel vaginal	BISNAGA 30g	400	R\$ 62,25	R\$ 24.900,00
285	622440	Babosa (<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f.). Concentração: 10-70% creme ou gel	BISNAGA 30g	200	R\$ 91,47	R\$ 18.294,00
286	452913	Budesonida. Dosagem: 32mcg. Suspensão para inalação (spray)	UNIDADE	1200	R\$ 15,24	R\$ 18.288,00
287	452914	Budesonida. Dosagem: 64mcg. Suspensão para inalação (spray)	UNIDADE	600	R\$ 17,25	R\$ 10.350,00
288	391811	Carbonato de cálcio. Dosagem 125mg. Comprimido	COMPRIMIDO	7200	R\$ 0,21	R\$ 1.512,00
289	465023	Carbonato de cálcio. Dosagem. 250 mg (equivalente a 500 mg de cálcio elementar) + 200 UI. Comprimido	COMPRIMIDO	7200	R\$ 0,70	R\$ 5.040,00
290	399636	cáscara-sagrada (<i>Rhamnus purshiana</i> DC.) Concentração: 20 a 30 mg, forma farmacêutica: cápsula	CAPSULA	7800	R\$ 0,87	R\$ 6.786,00
291	271434	Estrogênios conjugados. Dosagem: 0,625 mg/g. creme vaginal	BISNAGA 30g	120	R\$ 32,45	R\$ 3.894,00
292	271434	Estrogênios conjugados. Dosagem: 0,625 mg. comprimido	COMPRIMIDO	1200	R\$ 1,25	R\$ 1.500,00
293	448804	Etinilestradiol+ levonorgestrel. Dosagem 0,03 mg + 0,15 mg. comprimido	AMPOLA 1 Mililitro	600	R\$ 3,25	R\$ 1.950,00
294	270846	Enantato de noretisterona + valerato de estradiol. Dosagem: 50 mg/mL + 5 mg/mL. solução injetável	AMPOLA 1 Mililitro	4000	R\$ 12,43	R\$ 49.720,00
295	399412	Espinheira-santa (<i>Maytenus ilicifolia</i> Mart. ex Reissek). Concentração: 60	CAPSULA	3600	R\$ 0,82	R\$ 2.952,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		mg a 90 mg, Forma farmacêutica: cápsula				
296	622485	Garra-do-diabo (<i>Harpagophytum procumbens</i> DC. ex Meissn.). Concentração: 45 mg a 150 mg de iridoides totais, Forma farmacêutica: cápsula	CAPSULA	3600	R\$ 1,91	R\$ 6.876,00
297	622510	Hortelã (<i>Mentha x piperita</i> L.). Concentração: 60 a 440 mg de mentol e 28 a 256 mg de mentona (dose diária). Forma farmacêutica: cápsula	CAPSULA	2200	R\$ 1,32	R\$ 2.904,00
298	621294	Plantago (<i>Plantago ovata</i> Forssk.). Concentração: 3 a 30 g (dose diária). Forma farmacêutica: Pó para dispersão oral	SACHE	120	R\$ 4,89	R\$ 586,80
299	452264	Pasta de óxido de zinco (FN). Dosagem: 250mg/g	BISNAGA 30g	24	R\$ 7,00	R\$ 168,00
300	363597	Permetrina. Dosagem: 50 mg/g (5%). Loção	FRASCO 60 mililitro	400	R\$ 4,04	R\$ 1.616,00
301	383750	Lactulose. Dosagem: 667 mg/mL. Xarope	FRASCO 120 mililitro	1100	R\$ 6,37	R\$ 7.007,00
302	305235	isoflavona-de-soja (<i>Glycine max</i> (L.) Merr.). Concentração: 50 a 120 mg de isoflavonas (dose diária)	CAPSULA	1200	R\$ 1,45	R\$ 1.740,00
303	622619	unha-de-gato (<i>Uncaria tomentosa</i> (Willd. ex Roem. & Schult.). Concentração: 0,9 mg de alcaloides oxindólicos pentacíclicos. Forma farmacêutica: comprimido	COMPRIMIDO	4000	R\$ 1,77	R\$ 7.080,00
304	621304	salgueiro (<i>Salix alba</i> L.). Concentração: 60 a 240 mg de salicina (dose diária). Forma farmacêutica: comprimido	COMPRIMIDO	2520	R\$ 1,96	R\$ 4.939,20
305	386019	Sulfato de zinco. Dosagem 10 mg, Comprimido mastigável	COMPRIMIDO	7200	R\$ 1,59	R\$ 11.448,00
306	463220	Sulfato de zinco. Dosagem 4mg/ml. Solução oral	FRASCO 75 mililitro	400	R\$ 15,94	R\$ 6.376,00
307	352391	Sulfato de polimixina B + sulfato de neomicina + fluocinolona acetona + cloridrato de lidocaína. Dosagem: 10.000 UI/mL + 3,500 mg/mL + 0,250 mg/mL + 20 mg/mL. Solução otológica	FRASCO 10 mililitros	120	R\$ 13,69	R\$ 1.642,80
308	294887	Salbutamol sulfato. Dosagem: 100mcg/dose. Suspensão oral	FRASCO 20 Mililitro	1200	R\$ 14,49	R\$ 17.388,00
309	268303	Salbutamol	UNIDADE	60	R\$	R\$ 1.142,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		sulfato.Dosagem: 5mg/ml.Solução para inalação			19,04	
310	448617	Ferropolimaltose.Dosagem: 50mg/ml.Solução oral	FRASCO 3 mililitro	60	R\$ 15,77	R\$ 946,20
311	373909	Hipromelose.Dosagem:3 mg/mL (0,3%).Solução oftálmica	FRASCO 15 mililitros	120	R\$ 23,07	R\$ 2.768,40
312	272341	Cloridrato de tiamina. Dosagem: 300mg .Comprimido	COMPRIMIDO	7200	R\$ 0,42	R\$ 3.024,00
313	412965	SIMETICONA..Concentração: 0,75mg/ML.Apresentação: Solução oral 15ml	FRASCO 15 mililitros	1200	R\$ 2,13	R\$ 2.556,00
314	335091	ACETILCISTEINA. Concentração: 100 mg/ml Forma Farmacêutica: solução injetável. Ampola 3ml	AMPOLA 3 Mililitro	1500	R\$ 4,50	R\$ 6.750,00
315	287687	EFEDRINA. Apresentação: Sulfato Dosagem: 50 MG/ML Aplicação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 1 Mililitro	300	R\$ 6,32	R\$ 1.896,00
316	272825	PRAMIPEXOL, CLORIDRATO.Dosagem:0, 25 MG. Apresentação: COMP	COMPRIMIDO	1440	R\$ 1,01	R\$ 1.454,40
317	448761	PROPOFOL. Dosagem: 10 MG/ML Forma Farmacêutica: Emulsão Injetável 20 ml. Frasco ampola	FRASCO- AMPOLA	420	R\$ 11,09	R\$ 4.657,80
318	448839	ACEBROFILINA. Concentração: 10 mg/ml Forma Farmacêutica: Xarope. Frasco 120 ml	FRASCO 120 mililitro	400	R\$ 12,58	R\$ 5.032,00
319	270558	ACETILCISTEINA. Concentração: 20 mg/ml Forma Farmacêutica: Xarope. Frasco 100 ml Infantil	FRASCO 100 mililitro	3000	R\$ 7,18	R\$ 21.540,00
320	355786	ACETILCISTEINA. Concentração: 40 mg/ml Forma Farmacêutica: Xarope. Frasco 100 ml Adulto	FRASCO 100 mililitro	3000	R\$ 6,01	R\$ 18.030,00
321	269956	BROMOPRIDA Dosagem: 4 MG/ML Apresentação: Gotas	FRASCO 20 Mililitro	240	R\$ 3,25	R\$ 780,00
322	271687	ÁCIDO ASCÓRBICO. Concentração: 100MG/ML Forma Farmacêutica: Injetável	AMPOLA 5 Mililitro	4800	R\$ 1,25	R\$ 6.000,00
323	327566	ÁCIDO TRANEXAMICO. Concentração: 50 mg/ml Forma farmacêutica: solução injetável. Ampola 5 ml	AMPOLA 5 Mililitro	3500	R\$ 5,38	R\$ 18.830,00
324	292402	AMINOFILINA. Dosagem: 24 MG/ML Forma	AMPOLA 10 Mililitro	2400	R\$ 5,32	R\$ 12.768,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola 10 ml				
325	269958	BROMOPRIDA Dosagem: 5 MG/ML Apresentação: Injetável	AMPOLA 2 Mililitro	5100	R\$ 1,57	R\$ 8.007,00
326	340167	CIMETIDINA. Concentração: 150 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 2 Mililitro	2600	R\$ 1,75	R\$ 4.550,00
327	363088	COMPLEXO B, VITAMINAS DO Composição Básica: B1, B2, B5, B6 E Pp Forma Farmacêutica: Solução Injetável	AMPOLA 2 Mililitro	3000	R\$ 1,45	R\$ 4.350,00
328	276283	DESLANÓSIDO. Dosagem: 0,2 Mg/ML Apresentação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 2 Mililitro	400	R\$ 3,62	R\$ 1.448,00
329	448982	ENOXAPARINA. Dosagem: 40mg/0,4 ML Indicação: Injetável, Seringa Preenchida	UNIDADE	800	R\$ 20,97	R\$ 16.776,00
330	448982	ENOXAPARINA. Dosagem: 60mg/0,6 ML Indicação: Injetável, Seringa Preenchida	UNIDADE	400	R\$ 22,76	R\$ 9.104,00
331	267282	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO. Apresentação: 20MG/ML: Solução Injetável. Ampola 1ml	AMPOLA 1 mililitro	7200	R\$ 1,50	R\$ 10.800,00
332	292399	FITOMENADIONA. Dosagem: 10 MG/ML Apresentação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 1 Mililitro	3600	R\$ 3,18	R\$ 11.448,00
333	269759	GENTAMICINA. Dosagem: 80 MG/ML Aplicação: Solução Injetável 1 ml. Ampola	AMPOLA	2500	R\$ 2,10	R\$ 5.250,00
334	448984	IMUNOGLOBULINA HUMANA. Tipo: Anti Rho(D) Concentração: 150 MCG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Frasco Ampola	FRASCO - AMPOLA 2 mililitro	60	R\$ 251,97	R\$ 15.118,20
335	268264	METILERGOMETRINA MALEATO Dosagem: 0,2 MG/ML Indicação: Solução Injetável	AMPOLA 1 mililitro	1000	R\$ 2,90	R\$ 2.900,00
336	273457	NEOSTIGMINA METILSULFATO. Dosagem: 0,5 MG/ML Apresentação: Solução Injetável. Ampola	AMPOLA 1 mililitro	240	R\$ 1,54	R\$ 369,60
337	268160	OMEPRAZOL. Concentração: 40 MG Uso: Injetável + diluente. Frasco ampola	FRASCO-AMPOLA	2800	R\$ 9,03	R\$ 25.284,00
338	268504	ONDANSETRONA, CLORID	AMPOLA 4	8600	R\$	R\$ 10.148,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		RATO. Dosagem: 2 MG/ML Indicação: Injetável Ampola 4 ml	Mililitro		1,18	
339	268442	SUXAMETÔNIO CLORETO. Dosagem: 100 MG Indicação: Injetável. Frasco ampola	FRASCO- AMPOLA	150	R\$ 26,57	R\$ 3.985,50
340	267161	CLORETO DE POTÁSSIO. Dosagem: 10% Apresentação: Solução Injetável. Ampola de 10 ml	AMPOLA 10 Mililitro	1800	R\$ 0,99	R\$ 1.782,00
341	382563	CLORETO DE SÓDIO. Concentração: 10% Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Ampola de 10 ml	AMPOLA 10 Mililitro	1800	R\$ 0,52	R\$ 936,00
342	270019	GLICONATO DE CÁLCIO Dosagem: 10% Apresentação: Solução Injetável 10 ml	AMPOLA 10 Mililitro	700	R\$ 2,88	R\$ 2.016,00
343	448617	HIDRÓXIDO DE FERRO III. Concentração: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Ampola 5 ml	AMPOLA 5 Mililitro	1500	R\$ 12,38	R\$ 18.570,00
344	268376	ALBUMINA HUMANA. Concentração: 20% Uso: Injetável	AMPOLA 50 mililitro	4	R\$ 175,79	R\$ 703,16
345	276839	ÁGUA DESTILADA. Aspecto Físico: Bidestilada, Estéril, Apirogênica. Sistema fechado 1000 ml	BOLSA 1000 Mililitro	360	R\$ 14,01	R\$ 5.043,60
346	315056	ÁGUA DESTILADA. Aspecto Físico: Bidestilada, Estéril, Apirogênica. Sistema fechado 250 ml	BOLSA 250 mililitro	120	R\$ 6,67	R\$ 800,40
347	367898	ÁGUA DESTILADA. 5 litros	GALÃO 5 LITRO	840	R\$ 19,68	R\$ 16.531,20
348	452796	CLORETO DE SÓDIO. Princípio Ativo: 0,9%_ Solução Injetável Aplicação: Frasco de 100 ml Com Abertura Twist Off. Bolsas de 100 ml	BOLSA 100 Mililitro	24000	R\$ 6,76	R\$ 162.240,00
349	452796	CLORETO DE SÓDIO. Princípio Ativo: 0,9%_ Solução Injetável Aplicação: Frasco de 1000 ml Com Abertura Twist Off. Bolsas de 1.000 ml	BOLSA 1000 Mililitro	4000	R\$ 11,77	R\$ 47.080,00
350	452796	CLORETO DE SÓDIO. Princípio Ativo: 0,9%_ Solução Injetável Aplicação: Frasco de 250 ml Com Abertura Twist Off. Bolsas de 250 ml	BOLSA 250 mililitro	15000	R\$ 7,61	R\$ 114.150,00
351	452796	CLORETO DE SÓDIO. Princípio Ativo: 0,9%_ Solução Injetável Aplicação: Frasco de 500 ml Com	BOLSA 500 Mililitro	25000	R\$ 9,29	R\$ 232.250,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

		Abertura Twist Off. Bolsas de 500 ml				
352	366913	GLICOSE. Composição: Associada Ao Cloreto De Sódio Concentração: 5% + 0,9% Forma Farmacêutica: Solução Injetável Característica Adicional: Sistema Fechado Bolsas 500 ml.	BOLSA 500 Mililitro	5000	R\$ 7,48	R\$ 37.400,00
353	270092	GLICOSE. Concentração: 5% Indicação: Solução Injetável Características Adicionais: Sistema Fechado Bolsas 100 ml	BOLSA 100 Mililitro	3000	R\$ 3,68	R\$ 11.040,00
354	270092	GLICOSE. Concentração: 5% Indicação: Solução Injetável Características Adicionais: Sistema Fechado Bolsas 250 ml	BOLSA 250 mililitro	2600	R\$ 5,18	R\$ 13.468,00
355	270092	GLICOSE. Concentração: 5% Indicação: Solução Injetável Características Adicionais: Sistema Fechado Bolsas 500 ml	BOLSA 500 Mililitro	4000	R\$ 6,24	R\$ 24.960,00
356	299675	MANITOL. Dosagem: 20% Forma Farmacêutica: Solução Injetável Características Adicionais: Sistema Fechado Bolsa 250 ml	BOLSA 250 mililitro	1000	R\$ 11,18	R\$ 11.180,00
357	352192	RINGER. Composição: Simples Forma Farmacêutica: Solução Injetável Característica Adicional: Sistema Fechado Bolsas 500 ml	BOLSA 500 Mililitro	6600	R\$ 8,26	R\$ 54.516,00
358	272327	OXIBUTININA, CLORIDRATO. Dosagem: 5MG Apresentação: Comprimido.	COMPRIMIDO	3600	R\$ 1,10	R\$ 3.960,00
359	269963	DOMPERIDONA. Dosagem: 1 MG/ML Indicação: Suspensão Oral 100 ml	FRASCO 100 mililitro	24	R\$ 14,61	R\$ 350,64
TOTAL						R\$ 1.859.229,30

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem padrões de qualidade e desempenho que podem ser descritos de forma objetiva.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os materiais deverão ser entregues com, no mínimo, 12 meses de validade ou 75% do prazo total de vencimento do mesmo, a contar da data da entrega;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Nº005/2026-FMS, que constituem apêndice deste Termo de Referência. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.1.1.ID PCA no PNCP: 23060866000193-0-000001/2026;

2.1.2.Data de publicação no PNCP: 20/05/2025;

2.1.3.Id do item no PCA: 285; 787; 814; 815; 760; 747; 748; 749; 750; 751; 752; 753; 754; 755; 756; 757; 758; 759; 761; 762; 763; 764; 765; 766; 767; 768; 769; 770; 771; 772; 773; 774; 775; 776; 777; 778; 779; 780; 781; 782; 783; 784; 785; 786; 788; 789; 790; 791; 792; 793; 794; 795; 796; 797; 798; 799; 800; 801; 802; 803; 804; 805; 806; 807; 808; 809; 810; 811; 812; 813; 816; 817; 818; 819; 820; 821; 822; 823; 824; 825; 826; 827; 828; 829; 830; 831; 832; 833; 834; 835; 836; 837; 838; 839; 840; 841; 842; 843; 844; 845; 846; 847; 848; 850; 851; 852; 853; 854; 855; 856; 857; 858; 859; 860; 861; 862; 863; 864; 865; 866; 867; 868; 869; 870; 871; 872; 873; 874; 6787; 6890; 6675; 6676; 6677; 6678; 6755; 6835; 6861; 6681; 6704; 6705; 6706; 6862; 6679; 6680; 6685; 6688; 6689; 6690; 6691; 6692; 6693; 6694; 6695; 6696; 6697; 6698; 6699; 6700; 6701; 6702; 6703; 6707; 6708; 6709; 6710; 6711; 6712; 6713; 6714; 6715; 6716; 6717; 6718; 6719; 6720; 6721; 6722; 6723; 6724; 6725; 6726; 6727; 6728; 6729; 6754; ;6730; 6731; 6732; 6733; 6734; 6735; 736; 6737; 6738; 6739; 6740; 6741; 6742; 6743; 6744; 6745; 6746; 6747; 6748; 6749; 6750; 6751; 6752; 6753; 6756; 6757; 6758; 6759; 6760; 6761; 6762; 6763; 6764; 6765; 6766; 6767; 6768; 6769; 6770; 6771; 6772; 6773; 6774; 6875; 6876; 6877; 6878; 6879; 6880; 6881; 6882; 6883; 6884; 6885; 6886; 6887; 6888; 6785; 6786; 6775; 6776; 6777; 6778; 6779; 6780; 6781; 6782; 6783; 6784; 6788; 6789; 6790; 6791; 6792; 6793; 6794; 6795; 6796; 6797; 6798; 6799; 6800; 6801; 6802; 6803; 6804; 6805; 6806; 6807; 6808; 6809; 6810; 6863; 6811; 6812; 6813; 6814; 6815; 6816; 6817; 6818; 6819; 6820; 6821; 6822; 6823; 6824; 6825; 6826; 6827; 6828; 6829; 6830; 6831; 6832; 6833; 6834; 6889; 6836; 6837; 6838; 6839; 6840; 6841; 6842; 6843; 6844; 6845; 6846; 6847; 6848; 6849; 6850; 6851; 6852; 6853; 6854; 6855; 6856; 6857; 6858; 6859; 6860; 6864; 6865; 6866; 6867; 6868; 6869; 6870; 6871; 6872; 6873; 6874; 6891; 6892; 6893; 6894; 6895; 6896; 6897; 6898; 6899; 6900; 6901.

2.1.4.Classe/Grupo: 6505;

2.1.5.Identificador da Futura Contratação: 980637-32/2026.

2.2. O objeto está classificado na categoria “DROGAS E MEDICAMENTOS”, em conformidade com a natureza da contratação, destinando-se ao atendimento contínuo das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no que se refere ao abastecimento da rede municipal de saúde e à garantia da continuidade dos serviços prestados à população, estando o objeto em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei Municipal nº 394/2025).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar N°005/2026-FMS, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e no Estudo Técnico Preliminar, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Os fornecedores deverão atender, no que couber, às disposições da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG e ao Decreto nº 7.746/2012 de 05/06/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, dentre outros:

4.1.1.1 Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

4.1.1.2 Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

4.1.1.3 Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

4.1.1.4 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

4.1.1.5 Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

4.1.1.6 Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.1.2. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 19/04/2005 e RDC 222/2018 – ANVISA.

4.1.3. Considerando a legislação relativa aos resíduos sólidos aplicada às compras públicas, a Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, no qual prescreve em seu arcabouço, a responsabilidade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, que fazem parte do ciclo de vida do produto, sobre os resíduos gerados. Assim, o fornecedor deverá, quando necessário, se responsabilizar pela logística reversa de seus produtos, assegurando a correta disposição final dos mesmos. Cabe destacar, que se aplica o fluxo da logística reversa para medicamentos, no qual o medicamento descartado pelos consumidores, terá o fluxo invertido, retornando ao longo de sua cadeia de produção e distribuição, para ter o seu descarte final ambientalmente adequado.

4.1.4 Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos.

4.1.5 Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

4.1.6 Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e a limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 7.500 ABNT. No que diz respeito ao armazenamento deverá atender às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 12235.

4.1.7 Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Inversão de fases

Justificativa quanto à ordem das fases do procedimento licitatório

4.2. O presente procedimento licitatório adotará o rito em que a fase de habilitação será realizada anteriormente ao julgamento das propostas, em conformidade com a sistemática prevista na Lei nº 14.133/2021.

4.3. A contratação refere-se à aquisição de medicamentos destinados ao atendimento contínuo da rede municipal de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, abrangendo a Farmácia Básica, o Hospital Municipal e as Unidades Básicas de Saúde, tratando-se de objeto essencial à manutenção dos serviços públicos de saúde.

4.4. Considerando a natureza do objeto, a Administração opta por realizar, primeiramente, a análise dos documentos de habilitação, de modo a assegurar que somente os licitantes devidamente habilitados participem da fase de julgamento das propostas.

4.5. Tal procedimento confere maior segurança jurídica e administrativa ao certame, especialmente diante da necessidade de verificação prévia da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e da qualificação técnica dos licitantes, em conformidade com as exigências legais e sanitárias aplicáveis ao fornecimento de medicamentos.

4.6. A realização da habilitação em momento anterior ao julgamento das propostas também contribui para evitar riscos de contratação com empresas que não atendam às condições exigidas, prevenindo prejuízos à execução contratual e à continuidade do fornecimento dos insumos essenciais à saúde pública.

4.7. Ademais, essa sistemática reduz a possibilidade de retrabalho administrativo, uma vez que impede que propostas sejam analisadas e classificadas para, posteriormente, serem desconsideradas em razão da inabilitação do licitante.

4.8. Ressalta-se que a adoção desse rito não compromete a competitividade do certame, permanecendo assegurados os princípios da isonomia, da legalidade, da transparência e da seleção da



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

proposta mais vantajosa.

4.9. Assim, fica expressamente estabelecido que os documentos de habilitação serão exigidos e analisados em momento anterior ao julgamento das propostas, de modo que apenas os licitantes habilitados terão suas propostas avaliadas pela Administração.

Subcontratação

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da requisição.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os materiais deverão ser entregues com, no mínimo, 12 meses de validade ou 75% do prazo total de vencimento do mesmo, a contar da data da entrega.

5.4. A contratada deverá assegurar a substituição imediata de medicamentos em desacordo com as especificações, com defeito, avariados ou com prazo de validade inadequado, sem ônus adicional à Administração.

5.5. Os bens deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde localizada na Rua Oito de maio, 1047, São Francisco, Terra Santa – PA, CEP 68285-000, sendo integralmente de responsabilidade da contratada o transporte, a logística, a carga e descarga, e demais custos necessários ao fiel cumprimento do fornecimento.

5.6. A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação direto com a Secretaria Municipal de Saúde para atendimento de demandas, esclarecimentos e resolução de eventuais ocorrências.

5.7. Os medicamentos deverão ser armazenados e transportados em condições adequadas de temperatura, conservação, higiene e segurança, conforme as normas da Anvisa e demais legislações sanitárias vigentes.

5.8. Todos os medicamentos deverão apresentar prazo de validade compatível com o consumo previsto, possuir registro válido nos órgãos competentes e atender integralmente aos padrões de qualidade exigidos.

Garantia, manutenção e assistência técnica



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa:**

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13.1. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.24. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.24.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.24.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.24.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.24.4. cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.25. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.26. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.27. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.29. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.30. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.31. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.32. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.33. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado de acordo com a solicitação via requisição.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (CNPJ); podendo ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br;

9.13. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

9.14. Certidão Negativa de Débito Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, (administrada pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional); podendo ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br;

9.15. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários e Não Tributários Estaduais Geridos pela Procuradoria – Geral do Estado (PGE) e pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), podendo ser retirada no site www.sefa.pa.gov.br (**Para Empresa com Domicílio no Estado do Pará**); ou expedida pela pelo Site da SEFAZ ou Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário (**Para Empresa com Domicílio em Outro Estado**);

9.16. Certidão de Regularidade com Tributos Municipais da Sede do licitante;

9.17. Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); podendo ser retirada no site www.caixa.gov.br;

9.18. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), para comprovar inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho; podendo ser retirada no site www.tst.jus.br/certidao;

9.19. Certidão Negativa de Controle de Processos de Multas e Recursos (eCPMR); disponível gratuitamente no portal do governo federal, na seção de inspeção do trabalho (e-Processo) www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-debitos-e-consulta-de-autos-de-infracao;

9.20. Certidão de autos físicos 1º e 2º grau da jurisdição do Estado sede da licitante, bem como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

Apresentação da certidão de ações trabalhistas de jurisdição do Estado da sede da licitante;

9.21. Certidão de cumprimento do previsto no art. 429, caput, da CLT, com data não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura do certame, se outro prazo não constar no documento.

9.22. A prova de regularidade fiscal e trabalhista das empresas licitantes deverá ser feita por Certidão Negativa OU Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

9.23. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.24. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

9.25.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), acompanhado da certidão de distribuição de ações cíveis no âmbito Federal, em nome da pessoa física e jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura do certame, se outro prazo não constar no documento, em conjunto com Certidão Negativa (Nada Consta) de Distribuição (Ações de Falência e Recuperações Judiciais) originária do site www.tjdft.jus.br, em nome da pessoa física e jurídica.e declaração de atribuição de execução originária do site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

9.25.2. Certidão indicativa dos cartórios de protestos e letras, existentes na sede da licitante, em data não superior a 30 (trinta) dias da abertura do certame, se outro prazo não constar no(s) documento(s) falta de certidão indicativa dos cartórios de protestos e letras ensejará na desclassificação do licitante.

9.25.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados por cópia do seu termo de abertura, documento comprobatório de registro na Junta Comercial e termo de encerramento, acompanhados do livro diário, notas explicativas em conformidade com o NBC TG nº 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009, e o art. 176 da Lei 6.404/1976, assim como no §4º do Art. 176 da Lei nº 6.404/76, bem como a Certidão de Habilitação Profissional, CERTIFICANDO que o profissional identificado no presente documento encontra-se HABILITADO, e também a Certidão Negativa de Débitos (CND), provando a situação financeira relativa a débitos de qualquer natureza, junto ao referido Conselho, de acordo com a Resolução nº 1.637/2021 – CFC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

9.25.4. Certidão Específica de arquivamento expedida pela Junta Comercial do Estado sede ou domicílio da licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, atualizada com os últimos registro e arquivamentos, onde se possam extrair informações sobre atos arquivados. Apresentar ainda a Certidão específica de existência de empresa e participação societária, em nome das pessoas físicas e jurídicas sócias da licitante, emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, devidamente atualizada.

9.25.5. Certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da empresa licitante, atualizada, ou seja, com data de expedição não superior há 30 (trinta) dias.

9.25.6. Certidão negativa de débitos e penalidades emitida pelo Tribunal de Contas com Jurisdição do Estado Sede da Licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura do certame, se outro prazo não constar no documento.

9.25.7. Certidão negativa de registro de contas julgadas irregulares e/ou reprovadas, emitida pelo Tribunal de Contas dos Municípios com Jurisdição do Município Sede da Licitante, em data não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura do certame, se outro prazo não constar no documento;

9.25.8. Para empresas regidas pela Lei 6.404/76 (sociedade anônima):

9.25.8.1. Publicados em Diário Oficial; ou

9.25.8.2. Publicados em jornal de grande circulação; ou

9.25.8.3. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

9.25.8.4. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples:

9.25.8.5. Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o “Termo de Autenticação” da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou

9.25.8.6. Cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante.

9.25.9. Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

9.25.9.1. Apresentar o Balanço Patrimonial na forma da lei.

9.25.10. Caso o licitante seja cooperativo, deverá comprovar o envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971. Tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

contábil-financeira, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação Técnica

9.26. É necessária a apresentação de documentos que comprovem a habilitação técnica do licitante para executar o objeto contratual, no intuito de garantir contratações de empresas aptas e com capacidade técnico-operacional suficientes para atender de forma satisfatória o objeto desta licitação.

9.27. O licitante deverá apresentar declaração de que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.28. Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento e/ou prestação de serviço anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos, com caracterização do bom desempenho da licitante. O(s) Atestado(s) deverá(ão):

- a) Conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com os declarantes;
- b) Referir-se ao objeto licitado no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, registrado na Junta Comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil –RFB; Se emitido (s) por pessoa jurídica de direito público deverá (ão) ser assinado (s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula);
- c) Ser emitido por empresa que não integre o mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
- d) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente.

9.29. Caso o Pregoeiro (a) entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual do contratante e local em que foram executados os produtos/serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

9.30. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias indicadas neste Termo de Referência, desde que sejam suficientes à comprovação de capacidade de execução do objeto contratual de que trata este Termo de Referência.

9.31. Autorização de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros.

9.32. Autorizações de funcionamento (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e cópia da sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), conforme o disposto nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

artigos 1º e 2º da Lei 6.360/76. AFE deve contemplar as atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, transporte, importação ou exportação. Caso a empresa não possua autorização específica para a atividade de transporte, deverá apresentar contrato vigente com empresa devidamente autorizada pela ANVISA para realizar essa atividade. Em se tratando de Fabricante de medicamentos comprovar que segue as Boas Práticas de Fabricação estabelecidas pelas RDC nº 658/2022 e IN nº 129/2022.

9.33. Alvará de licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária de titularidade da empresa licitante expedido pelo órgão competente da esfera Estadual ou municipal da sede do licitante compatível com objeto licitado de acordo com a legislação em vigor e apresentar publicação no diário oficial correspondente (Acórdão 7982/2017- TCU/Segunda Câmara).

9.34. Licença ambiental de operação de acordo com a Lei nº 6938/81 e Resoluções nº 117, de 25 de novembro de 2014, e nº 162 de 02 de fevereiro e 2021, do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente vigente na data de abertura da sessão, publicação no diário oficial correspondente e certidão negativa de débitos.

9.35. Apresentar Contrato com empresa prestadora de serviço do ramo de tratamento de resíduos químicos, onde a empresa se encarrega de incinerar os medicamentos vencidos, conforme a RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 306 de 7 de dezembro de 2004 – ANVISA, acompanhado do contrato social e última alteração consolidada da prestadora de serviços comprovando sua inscrição na junta comercial, junto do contrato de prestações de serviços entre a empresa incineradora e o licitante dentro do prazo de validade e com suas assinaturas devidamente reconhecidas em cartório. O licitante deverá apresentar ainda: Alvará de funcionamento e licença sanitária da prestadora de serviço comprovando sua regularidade perante os órgãos de fiscalização.

9.36. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Farmácia, da região sede da licitante, emitido no ano vigente, pelo respectivo Órgão, que comprove a condição Regular do estabelecimento.

9.37. Registro ou inscrição do Farmacêutico Responsável no Conselho Regional de Farmácia (CRF). Apresentar contrato de trabalho firmado com o profissional farmacêutico – Responsável Técnico da empresa licitante, conforme previsto no Art. 11 da Medida Provisória 2.190-34/01, com art. 15 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como a Certidão de quitação profissional do responsável técnico.

Outros Documentos de Habilitação

9.38. Declaração de Idoneidade expedida pelo Setor de Compras Municipal/CPL, mediante solicitação da licitante via comunicação através do e-mail: sefaz@terrasanta.pa.gov.br, pelo qual a licitante enviará todos os dados cadastrais da empresa para pesquisa nos arquivos de registro do Setor se há ou houve qualquer pendência de fornecimentos, inexecuções, inadimplências com entrega



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

CNPJ: 23.060.866/0001-93

referente ao cumprimento de todas as obrigações contratuais, não tendo causado prejuízo de qualquer natureza ao município por execuções inadequadas ou inexecuções contratuais no âmbito da Prefeitura de Terra Santa e suas Secretarias Municipais componentes, com data de solicitação até 03 (três) dias úteis antes da abertura da licitação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação que é o máximo aceitável, é de **R\$ 4.828.496,75 (quatro milhões, oitocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos)** conforme custos unitários aposto na tabela do Item 1 dos Lotes 1, 2, 3, 4 e 5.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Terra Santa – PA, 30 de março de 2026.

Jarlisson Luan Ferreira de Sousa

Equipe de Apoio
Portaria nº. 433/2025-PMTS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº xxx/2026

O Município de Terra Santa - PA, por intermédio do(a) **FMS - Fundo Municipal de Saúde de Terra Santa**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.870.266/0001-01, com sede localizada no(a) Rua Oito de maio, nº 1047, Bairro: São Francisco, Terra Santa – PA CEP: 68.285-000, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Ex.^a Sr(a). Leandro Rocha Soares, Secretário(a) Municipal, portador(a) do CPF: ***.630.692-**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS SRP nº 017/2026**, processo administrativo nº 030/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem como objeto o **Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de medicamentos destinados à rede municipal de saúde de Terra Santa (Farmácia Básica Municipal, Hospital Municipal e as Unidades Básicas de Saúde -UBS), visando garantir o fornecimento contínuo e gratuito de medicamentos essenciais à população, em conformidade com a Lei nº 8.080/1990 e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)** destinados ao atendimento das necessidades desta Administração Pública, em consonância com as quantidades, nas especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA Nº XXX						
NOME (RAZÃO SOCIAL):						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
REPRESENTANTE:						
E-MAIL			TEL.:			
Nº	Item – Descrição	Marca	Quantia	Medida	Preço Unitário	Preço Total
1					R\$	R\$
...					R\$	R\$

TOTAL GERAL	R\$
-------------	-----

3. DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos/serviços citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor/prestador, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor/prestador assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na Inteira, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

3.1. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, de acordo com a respectiva solicitação, onde o recebimento da mercadoria deverá ser atestado pelo servidor responsável pelo recebimento, o qual fará a conferência, conforme a ordem de compra e nota fiscal emitida pela licitante vencedora.

Parágrafo primeiro: No caso de prestação de serviços, estes deverão ser prestados na unidade requisitante e atestados pelo servidor responsável do respectivo Setor/Departamento, o qual fará a conferência, de acordo com a ordem de compra.

Parágrafo segundo: O prazo de entrega do produto será de conforme descrito na ordem de compra, contados da expedição da mesma, salvo justificativa apresentada pelo licitante vencedor, desde que aceito pela administração.

3.2. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a entrega dos produtos ou prestação dos serviços acompanhados da fatura (nota fiscal), discriminada de acordo com a nota de empenho, após a conferência da quantidade e qualidade dos materiais por gestor a ser designado pela contratante. Observado o recebimento definitivo da Nota Fiscal emitida pela empresa com discriminação dos bens/serviços, juntamente com o Termo de Recebimento, será esta atestada e encaminhada à administração da entidade contratante para fins liquidação.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será creditado em favor do Fornecedor/prestador, por meio de ordem bancária, o qual ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos do recebimento definitivo dos materiais, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.

Parágrafo Segundo: Será procedida consulta "em sites oficiais" antes do pagamento a ser efetuado ao Fornecedor/prestador, para verificação da

situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

Parágrafo Terceiro: Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na contratante em favor do Fornecedor/prestador. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Quarto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = percentual da Taxa anual = **6%**

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

A **compensação** financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

3.3. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

Parágrafo primeiro: A entrega dos serviços só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

Parágrafo segundo: O Fornecedor/prestador ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 - Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP,

podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 - O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 - O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será

convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1 - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços

sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 - O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 - Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao

fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 - Por razão de interesse público;

9.4.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 - O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 - No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Terra Santa - PA, xxx de xxxx de 2026.

FMS - Fundo Municipal de Saúde

CNPJ: 11.870.266/0001-01

Leandro Rocha Soares

C.P.F nº ***.630.692-**

CONTRATANTE

XXXXXXXX XXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX

CPF nº ***.XXX.XXX-**

CONTRATADA

MINUTA - CONTRATO nº. xxx/2026

Pregão Eletrônico nº: **017/2026**

Processo Administrativo nº: 030/2026

Gestor do Contrato: **Jordan Printes da Silva**

Fiscal do Contrato: **Rodrigo Andrade Fernandes**

Fonte de Recursos: **Fundo Municipal de Saúde**

O Município de Terra Santa - PA, por intermédio do(a) **FMS - Fundo Municipal de Saúde de Terra Santa**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.870.266/0001-01, com sede localizada no(a) Rua Oito de maio, nº 1047, Bairro: São Francisco, Terra Santa – PA CEP: 68.285-000, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Ex.^a Sr(a). Leandro Rocha Soares, Secretário(a) Municipal, portador(a) do CPF: ***.630.692-**, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxx-xx, situada à xxxxxxxx, nº xxxx, bairro xxxxxx, na cidade de xxxxxx - UF, Contato: Email: xxxx@email.com e Telefone: (xx)xxxxxx-xxxx, neste ato representada pelo Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do RG nº xxxxxxxx e CPF/MF nº ***.xxx.xxx-**, residente e domiciliado(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx, Bairro xxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, na forma da Lei Federal n.º 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de medicamentos destinados à rede municipal de saúde de Terra Santa (Farmácia Básica Municipal, Hospital Municipal e as Unidades Básicas de Saúde -UBS), visando garantir o fornecimento contínuo e gratuito de medicamentos essenciais à população, em conformidade com a Lei nº 8.080/1990 e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), no quantitativo em XX% (xxxx por cento) do total licitado, destinados ao atendimento das necessidades desta Administração Pública, nas especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.**

1.2. Discriminação do objeto contratado:

Nº	Descrição – Item	Marca	Quantia	Medida	Valor Unitário	Valor Total
					R\$	R\$
Total Geral					R\$	
(Total Geral por extenso)						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ENTREGA, RECEBIMENTO OU MEDIÇÃO)

2.1. O prazo de entrega do objeto licitado será conforme indicado no Termo de Referência, após a apresentação da requisição emitida pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de Terra Santa e em caso de descumprimento deste prazo o licitante/contratada estará passível de sanções administrativas.

2.2. O fornecimento dos itens será de forma parcelada e rigorosamente de acordo com as especificações da respectiva proposta e do Termo de Referência, obedecendo todos os requisitos das Ordens de Serviço/Fornecimento expedidas pelo Setor de Compras da Prefeitura

Municipal de Terra Santa que indicará o ITEM, quantitativo, local de entrega e demais dados necessários.

2.3. Durante o recebimento, o contratante poderá exigir a substituição de qualquer dos(s) bens/materiais que não esteja de acordo com a(s) especificação (ões) do Termo de Referência, do presente Edital, sem qualquer ônus para a administração pública.

2.4. Demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses** contados a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 15, inciso IX do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual exceto nas condições autorizadas no termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O valor ordinário do presente Instrumento fica ajustado em **R\$ x.xxx,xx (xxxx xxxx xxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Xxxxx (PMTS ou Fundos), no exercício de 2026.

XXXX - XXXXXXXX

XXXX - XXXXXXXX

XXXX - XXXXXXXX

XXXX - XXXXXXXX

XXXX - XXXXXXXX

XXXX - XXXXXXXX

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **30 (trinta)** dias após a entrega/execução, mediante apresentação de documento fiscal/fatura correspondente ao fornecimento/serviço efetuado, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais e/ou de execução do serviço.

7.2. Os pagamentos poderão ser efetuados mediante **crédito em conta corrente** da CONTRATADA, por ordem bancária, conforme dados fornecidos pela mesma, da forma seguinte:

7.2.1. Banco: **XXX**, Agência: nº. **XXXXX** Conta Corrente: nº **XXX**, Nome da Conta: **Xxxx**

7.2.2. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Contratante para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.3. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.3.1. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.4. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.5. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.7. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reajuste:

8.1.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.1.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.1.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.1.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.1.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.1.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.2. Do reequilíbrio:

8.2.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção

do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.2.2. O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.2.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.2.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

8.2.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.2.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.2.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.2.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.2.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.2.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.2.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida

proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo;
- 9.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº. 14.133/2021;
- 9.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução;
- 9.4. Processar e liquidar a fatura correspondente, através de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado ao PRESTADOR DE SERVIÇO;
- 9.5. Comunicar imediatamente a Contratada qualquer incorreção que venha acontecer que esteja incompatível com objeto licitado;
- 9.6. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham ser formalmente solicitados pela Contratada e pertinente ao objeto;
- 9.7. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação;
- 9.8. Notificar a contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para sua correção;
- 9.9. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, por intermédio de servidor designado para atuar como fiscal do contrato, que será responsável por comunicações, notificações, solicitações, requisições e demais atos relativos à execução do contrato, anotando em registro próprio as ocorrências da relação contratual;
- 9.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.11. Demais obrigações encontram-se definidos no Projeto Básico/Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A CONTRATADA compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido deste Projeto Básico/Termo de Referência;
- 10.2. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 10.3. **A CONTRATADA será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Processo Licitatório;**
- 10.4. A CONTRATADA será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causada a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos dos seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto;
- 10.5. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA;

10.6. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

10.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE;

10.4. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto da CONTRATANTE, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;

10.9. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

10.10. Manter, durante o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.11. Utilizar materiais solicitados neste termo de primeira qualidade, observando o registro nos órgãos competentes e o prazo de validade, sendo vedada a utilização de produtos com alterações de características, ainda que dentro do prazo de validade;

10.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

10.13. Será considerada recusa formal da contratada a não entrega do objeto no prazo estabelecido, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, assim reconhecido pela CONTRATANTE;

10.14. Cumprir os horários de entrega do objeto deste contrato estabelecidos pela CONTRATANTE;

10.15. Possuir certificação digital do CNPJ da empresa, para assinatura dos contratos e aditivos que vierem a surgir da contratação;

10.16. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;

10.17. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.19. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros

10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.25. Demais obrigações encontram-se definidos no Projeto Básico/Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Impedimento de licitar e contratar;
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;
- IV - Multa.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

11.4.2. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.3. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05(cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos

11.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Aplicam-se também para extinção contratual os artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CASOS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

15.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de

fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o **Foro da Comarca da Cidade de Terra Santa - PA**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato e de sua execução.

Terra Santa - PA, xxx de xxxx de 2026.

FMS - Fundo Municipal de Saúde

CNPJ: 11.870.266/0001-01

Leandro Rocha Soares

C.P.F nº ***.630.692-**

CONTRATANTE

XXXX - XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: xx.xxx.xxxx/xxxx-xx

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

C.P.F nº ***.xxx.xxx-**

CONTRATADO

ANEXO IV - Modelo
Proposta de Preços (Inicial e Final)

À PMTS - Prefeitura Municipal de Terra Santa - PA
Ref.: (Licitação - Modalidade e Número do Processo)

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S^a, nossa proposta de preços de fornecimento de bens/serviços
_____, pelo preço global de R\$ _____

(_____), nos termos do Edital e seus Anexos.

Nº	Descrição – Item	Marca	Quantia	Medida	Valor Unitário	Valor Total
					R\$	R\$
Total Geral					R\$	
(Total Geral por extenso)						

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência e que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Dados da Empresa			
Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço:			
CEP:			
Telefone:		Email:	
Dados Bancários:			
Dados do Representante Legal			
Nome:		CPF:	
RG:		Expedidor:	
Cargo/Função:			
Endereço:			
CEP:			
Naturalidade:			
Telefone:		Email:	

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

OBSERVAÇÕES: 1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL DO LICITANET e as especificações constantes do Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.

ANEXO V - Modelo
Declaração de Elaboração Independente de Proposta

À PMTS - Prefeitura Municipal de Terra Santa - PA
Ref.: (Licitação - Modalidade e Número do Processo)

Prezados Senhores,

Xxxxxxxx Xxxxxx (nome e qualificação do representante), como representante devidamente constituído da empresa Xxxxxxxx (nome da empresa), xx.xxx.xxx/xxxx-xx (CNPJ), sito a xxxxxxxx (Endereço), doravante denominado Licitante, para os fins disposto no item xxxx do Edital xxxxx (Licitação - Modalidade e Número do Processo), DECLARA, sob as penas da lei, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela empresa: Xxxxxxxx (nome da empresa), xx.xxx.xxx/xxxx-xx (CNPJ), e que o conteúdo da referida proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentação da proposta, não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) que não tentou por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, no que diz respeito a participação ou não no presente certame;

d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto do referido certame;

e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado ou discutido com qualquer integrante da Equipe de Apoio, com a Pregoeiro ou representante ou funcionário da Secretaria Responsável pela licitação, antes da abertura oficial das propostas;

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Localidade, xx de xxxx de xxxx.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI - Modelo
Declaração de Cumprimento: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS -
LEI Nº 13.709/2018

À PMTS - Prefeitura Municipal de Terra Santa - PA
Ref.: (Licitação - Modalidade e Número do Processo)

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
 2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoas sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
 3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
 4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município de Terra Santa - PA, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
 5. A LICITANTE/CONTRATADA, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo Município de Terra Santa - PA.
- A LICITANTE/CONTRATADA, fica obrigada a comunicar o Município de Terra Santa - PA, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Localidade, xx de xxxx de xxxx.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VII - Modelo

Declaração que Atende o art. 63, Incisos I e IV da Lei nº 14.133/2021

À PMTS - Prefeitura Municipal de Terra Santa - PA

Ref.: (Licitação - Modalidade e Número do Processo)

A empresa **XXXXXXXXXX** (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) **XXXXXXXX XXXXXX**, portador do Documento de Identidade nº **xxxxxx-xx**, inscrito no CPF sob o nº **xxx.xxx.xxx-xx** **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- Atendem aos requisitos de habilitação,
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por fim **DECLARA** pela **veracidade das informações prestadas**, na forma da lei.

Localidade, xx de xxxx de xxxx.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VIII - Modelo

Declaração que atende ao inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

À PMTS - Prefeitura Municipal de Terra Santa - PA
Ref.: (Licitação - Modalidade e Número do Processo)

(Em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854 de 07/10/99, regulamentado pelo Decreto nº 4.358 de 05/09/02)

Prezados Senhores,

XXXXXXXXXX (nome da empresa), CNPJ/MF n.º **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, sediada **XXXXXXXXXX** (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Localidade, xx de xxxx de xxxx.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IX - Modelo
Declaração de enquadramento como MICROEMPRESA ou EMPRESA
DE PEQUENO PORTE

À PMTS - Prefeitura Municipal de Terra Santa - PA
Ref.: (Licitação - Modalidade e Número do Processo)

Prezados Senhores,

XXXXXXXXXX (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº **xx.xxx.xxx/xxxx-xx** por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) **XXXXXXXXXX** portador (a) da Carteira de identidade nº **xxxxxx-xx** e inscrito no CPF nº **xxx.xxx.xxx-xx**, **DECLARA** para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº **xxx/2025**, sob penas da Lei, que esta empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação com Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu Art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido nessa Lei Complementar. Na presente data é considerada:

(☐) **MICROEMPRESA** – Receita bruta a anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a usufruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014.

(☐) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta a anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a usufruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014.

Observação:

- A declaração acima deverá ser assinalada com “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

Localidade, xx de xxxx de xxxx.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL